

ADVERSO

Impresso
Especial

9912271463/2011- DR/RS
ADUFRGS

...CORREIOS...



ISSN 1980315-X



Futuro da aposentadoria preocupa na Mesa de Negociação

Apesar de não contemplar categoria a pleno, proposta do governo para carreira docente apresenta alguns avanços e gera expectativas de que outras pendências, como o reenquadramento de professores ativos e aposentados retidos na classe de adjunto, sejam avaliadas

Páginas 4 a 7





Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA
UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**
1º Vice-Presidente - **Claudio Scherer**
2º Vice-Presidente - **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**
1ª Secretária - **Maria da Graça Saraiva Marques**
2ª Secretária - **Marilda da Cruz Fernandes**
3º Secretário - **Ricardo Francalacci Savaris**
1º Tesoureiro - **Daltro José Nunes**
2º Tesoureiro - **Vanderlei Carraro**
3ª Tesoureira - **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br

ADVERSO

Publicação bimestral
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Ideograf

Conselho Consultivo

Regina Helena van der Laan - Fabico/Ufrgs
Ricardo Schneiders da Silva - Fabico/Ufrgs
Paulo Machado Mors - Instituto de Física/Ufrgs

Edição: **Adriana Lampert**
Reportagens: **Ana Esteves, Araldo Neto, Marco Aurélio Weissheimer Michelle Rolante e Patrícia Comunello**
Projeto Gráfico: **Eduardo Furasté**
Diagramação: **Eduardo Furasté e Kleris Rocha**
Ilustração: **Mario Guerreiro**

Produção e Edição



VERDEPERTO
(51) 3228 8369

SUMÁRIO

04

REPORTAGEM

Professores querem mais avanços na
negociação da Carreira
por **Patrícia Comunello**

SINDICAL

08

Previdência Social Pública: Deficitária
ou superavitária?
por **Maricélia Pinheiro**

11

ARTIGO

Em nanotecnologia não se
pensa pequeno
por **João Guilherme Sabino**, engenheiro da USP
e vice-presidente da Fiesp

SELEÇÃO

12

Baixa procura em concurso revela falta
de técnicos no Estado

13

ESPECIAL

Segurança nos Campi é preocupação
constante dentro das universidades
por **Michelle Rolante**

PING-PONG

17

Enrique Serra Padrós

"O aparato repressivo é ameaçador para
um estudante de história"
por **Marco Aurélio Weissheimer**

21

FORMAÇÃO

Segmento reprova mudanças na Educação
Profissional gaúcha

TECNOLOGIA

24

Instituto de Informática apresenta chip
para utilização no espaço
por **Michelle Rolante**

26

EM FOCO

Estudo detecta aumento de hipertensão
em crianças
por **Marco Aurélio Weissheimer**

VIDA NO CAMPUS

30

Solidariedade animal no LACvet da Ufrgs
por **Ana Esteves**

33

CAPACITAÇÃO

IFRS trabalha no desenvolvimento de
associações e cooperativas
por **Araldo Neto**

POLÊMICA

35

Comissão de revisão das cotas colhe
percepções sobre o modelo na Universidade
por **Patrícia Comunello**

38

JURÍDICO

Sobre conversa, resultado, mobilização e negociação

Em agosto do ano passado, depois de muitas reuniões e argumentações entre representantes dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e o governo, foi concedido um reajuste salarial de 4% e a incorporação de gratificações ao vencimento básico. Isto foi consubstanciado em um documento assinado pelos representantes dos professores – Proifes, Andes e Sinasefe. Como o prazo venceu em 31 de março deste ano sem que o acordo fosse cumprido, os professores fizeram, no último 25 de abril, o Dia Nacional da Mobilização, quando manifestaram o protesto contra esta demora. A reação do governo veio logo, com a retirada do Projeto de Lei (PL) 2203/2012 do Congresso, onde estava desde o final de agosto, e sua transformação na Medida Provisória (MP) 568, publicada no Diário Oficial da União do dia 14 de maio. Como o texto da MP 568 é o mesmo do PL 2203, fica mantido o prejuízo em relação aos adicionais de insalubridade e periculosidade para os professores que têm este direito. Mas concede o reajuste salarial de 4% aos professores federais, retroativo a 1º de março de 2012, e a incorporação ao Vencimento Básico (VB) da Gratificação Específica do Magistério Superior (Gemas) e da Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (GEDBT) para os docentes das respectivas carreiras.

As reuniões do Grupo de Trabalho que estuda a reestruturação da carreira docente continuam acontecendo, agora com a participação efetiva do Ministério da Educação. Urge que façamos a reestruturação da carreira dos docentes das Ifes para sobre ela discutirmos a questão salarial, todavia o tempo passou e muitos fatos mudaram. Em 2006, o governo, ao criar a classe do professor associado, visou dar continuidade à carreira e um relativo aumento dos vencimentos ao grande número de professores da classe adjunto 4 que possuíam o título de doutor. Foi uma decisão que gerou perdas e ganhos: professores doutores, alguns com apenas oito anos de carreira foram beneficiados, enquanto que os professores com mes-trado permaneceram, não só na mesma classe, mas foram rebaixados na estrutura da carreira.

Quando em 2009, o governo propôs criar uma nova classe – sênior – entre a classe de associado e titular, os docentes, agora mais mobilizados e atentos a estas modificações e suas consequências, reagiram prontamente. Discutiram, debateram, votaram e não aceitaram. Neste ínterim, o governo foi fazendo a Reforma da Previdência, a universidade pública federal foi se expandindo, novos institutos federais foram sendo criados e muitos novos professores foram contratados.

A realidade em 2012 é diferente. Mais de 50% dos professores ativos ingressaram nas Ifes após 2004, e para estes o futuro será diferente. Para eles a aposentadoria será regrada pela média dos 80% dos maiores salários. Portanto, a meta para estes futuros aposentados é alcançar uma média salarial mais próxima do último salário, de modo a manterem o mesmo padrão e qualidade de vida. Por esta nova perspectiva, carreiras muito longas em que maiores salários são atingidos apenas quando o docente estiver próximo da aposentadoria, deixam de ser atraentes. A premissa passa a ser chegar logo no final da carreira e ali permanecer por alguns anos para obterem uma aposentadoria com valor mais próximo ao último salário. Esta é a situação que agora nós temos que enfrentar: se por um lado carreiras curtas favorecem estes professores, por outro lado este encurtamento pode prejudicar o próprio conceito de carreira, tirando o seu sentido e todos os mecanismos de incentivo e reconhecimento. Muitas alternativas estão sendo cogitadas, como a eliminação da classe de professor auxiliar; a eliminação ou diminuição dos níveis em cada classe; diminuir para três anos o tempo da classe de professor auxiliar, fazendo-a coincidir com o estágio probatório; diminuir a dispersão salarial aumentando o piso salarial em relação ao teto. Enfim, vamos juntos concatenar estas e outras possibilidades para a construção de uma carreira atraente para os professores das Ifes. Esta é a discussão que está em pauta na Mesa de Negociação com o governo e é sobre este tema que vamos em breve consultar nossos associados.

Diretoria Adufrgs-Sindical

Professores querem mais avanços na negociação da Carreira

Recente proposta do governo não contentou plenamente a categoria por deixar a desejar em alguns pontos, como as regras da aposentadoria

por **Patrícia Comunello**



Em reunião com Governo Federal, representantes dos professores receberam nova proposta com ressalvas

A primeira manifestação do governo federal sobre as mudanças nas carreiras dos docentes federais do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e Magistério Superior (MS) deixou um gosto de “quero (muito) mais”. Item prioritário e que mexe justamente com a remuneração, neste caso a equiparação com o quadro do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), com vencimentos até 30% superiores, ainda não tem resposta dos interlocutores. A alegação dos representantes dos ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em encontro realizado em 16 de maio, é que não existe aval do comando do Planalto para tocar em cifras.

O presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim de Oliveira, aponta que a isonomia pode ser implementada de forma escalonada e aposta que a negociação terá avanços. “Há proximidade do MEC em relação ao que a categoria

quer”, justifica Rolim, que viu na largada das conversações um saldo positivo com indicação de uma nova estruturação das carreiras, que se manterão distintas, e o recuo do governo na criação da nova classe, a sênior. Com isso, a figura de professor titular como um dos cargos existentes nas instituições de Ensino Superior, preservando a opção para docentes de fora das instituições e mesmo para quem realizar o concurso, foi mantida.

“A proposta atende em grande parte o que buscamos”, comenta o dirigente, que espera novas conquistas com o andamento das tratativas. “A mobilização da categoria daqui para frente será fundamental para que a reestruturação atenda às expectativas e à diversidade dos professores”, afirma Rolim. Diante da solicitação da equiparação salarial do piso e teto com os da carreira de ciência e tecnologia, o secretário de Relações do Trabalho da pasta do Planeja-

mento, Sérgio Mendonça, alegou que o ideal é separar carreira de qualquer política de aumento. Mendonça chegou a admitir, no encontro de 16 de maio, que a valorização, por outro lado, ajuda a tornar o trabalho nas áreas mais atrativo. O negociador prometeu buscar com os ministros das duas pastas um canal para inserir a elevação.

O saldo mais positivo na largada das tratativas, que começaram com atraso de pelos menos dois meses, foi a garantia de equiparação em estrutura, teto salarial e piso entre as carreiras do MS e do EBTT, porém mantendo suas características próprias. “São carreiras com objetivos distintos”, ressalta Lúcio Vieira, 2º vice-presidente da Adufrgs-Sindical, que participa da mesa de negociação. Além disso, regras de progressão e promoção seguirão as especificidades de cada área. Mas Vieira defende que seja eliminada da discussão a retribuição por projetos, medida encaráda como dispensável ao debate, e identifica expediente como parâmetro usado no mercado para premiar docentes. Na cota de pendências, há ainda o reenquadramento de



Lúcio Vieira destaca que MS e EBTT são carreiras com objetivos distintos

professores ativos e aposentados, retidos na classe de adjunto. As entidades têm expectativa que estas mudanças ocorram e possam ser incluídas na revisão da carreira.

Tanto entidades como ministérios correm contra o tempo. Para os dirigentes das entidades docentes, o mês de junho será decisivo. As propostas serão submetidas à apreciação da base. A secretária-adjunta de Relações de Trabalho, Marcela Tapajós e Silva, antecipou que a reestruturação das carreiras terá de estar finalizada em 31 de julho. “Queremos ter tudo sacramentado até esta data. Temos de inserir as mudanças na Lei Orçamentária (LDO) de 2013 até 31 de agosto”, explicou Marcela em entrevista à Revista Adverso. A secretária-adjunta ressaltou que a equipe interministerial está afinada para criar condições de melhorias que favoreçam os dois setores. “Para o País



Ministério do Planejamento/Divulgação

A secretária-adjunta de Relações de Trabalho, Marcela Tapajós e Silva antecipa que a reestruturação das carreiras terá de estar finalizada em 31 de julho

crescer, terá de investir em educação. E um dos meios é ampliar vagas”, previne Marcela, citando como exemplo os institutos federais, voltados à formação de mão de obra técnica.

As entidades querem eliminar exigências para progressão da carreira. Entre elas, a de doutorado para atingir a classe de associado, a última da atual estrutura. Eduardo Rolim argumenta que todo professor deve ter direito à progressão em todas as classes, independentemente da sua titulação, já reconhecida na RT, ou produção científica. “Não é necessário. Se o profissional está dentro, tem o direito de ir até o fim”, contrapõe Rolim. Para o presidente do Proifes-Federação há outros critérios de avaliação, como a própria atividade de ensino. O secretário do Ministério do Planejamento afirmou que a titulação é um dos pilares para o crescimento das universidades, indicando que a negociação poderá ser páreo duro.

Aposentadoria é nó para futuro das carreiras

Com as mudanças nas regras da previdência desde 2004, ganhou maior peso na negociação da reestruturação da carreira a garantia de que os docentes possam alcançar o quanto antes o topo salarial. As novas regras já atingem 50% dos professores do MS e percentual muito maior no EBTT. A proposta sugerida pelo governo estabelece que aos 22,5 anos de atuação o professor consegue este feito. Mas Proifes-Federação e Adufrgs-Sindical querem encurtar mais e irão pressionar na mesa de negociação.

“Com as novas regras previdenciárias, interessa ficar mais tempo no topo da carreira para melhorar o peso dos maiores salários no cálculo. Uma carreira de 22 anos e meio ainda prejudica, especialmente as professoras do EBTT, que podem aposentar-se com 25 anos de carreira”, justifica o presidente do Proifes, Eduardo Rolim.

“Já se cogitou vários mecanismos, e o mais atrativo parece ser encurtar o prazo de evolução e até simplificar

os níveis”, opina o vice-presidente da Adufrgs-Sindical, Claudio Scherer. O dirigente explica que é preciso criar um sistema que não gere uma grande demanda de avaliações em curto espaço de tempo. “Imaginamos que o tempo médio para permanecer em cada classe poderia ser de seis anos (atualmente são oito). Com isso, o professor che-



garia ao topo da remuneração aos 18 anos de docência”, ilustra Scherer.

O secretário de Relações do Trabalho da pasta do Planejamento, Sérgio Mendonça, indicou que o MEC concorda com a tese das entidades e que deverá ser discutida uma formulação para contemplar o impacto. Rolim acredita que se possa alcançar um caminho de consenso. Lucio Vieira, que é oriundo da carreira do EBTT, ressalta que a mudança no prazo deve garantir que o docente fique o máximo de tempo possível com o teto, e reforça que na área básica e técnica há a aposentadoria aos 25 anos de serviço. Ele compreende que a promoção e a progressão são instrumentos de incentivo, e não barreiras de progressão, e diz não compreender porque o governo não avança neste ponto, porque, para os EBTTs, por exemplo, pode-se, independente da titulação, chegar ao topo da carreira. “Qual é a lógica de um professor que não tem necessidade de fazer um doutorado ser mantido em uma classe sem nenhum incentivo de promoção ou progressão?”, questiona Vieira.

MP corrige tabela de 4% e incorpora gratificações, mas PL mantém insalubridade

O tão esperado reajuste de 4% e a incorporação de gratificações (Gemas para o MS e GEDBT para o EBTT), conquistados em 2011 e que deveriam ter sido aplicados em março, foram assegurados por uma Medida Provisória (MP). Eduardo Rolim ressaltou que a MP foi importante, mas manteve as mudanças nos cálculos dos adicionais de insalubridade e periculosidade, o que prejudica a categoria. “Vamos brigar no Congresso para derrubar estes pontos”, antecipou Eduardo Rolim.

Estão na Mesa

Propostas do governo para as carreiras de docentes federais:



- Carreiras semelhantes: continuam com a atual estrutura, com separação entre MS e EBTT, preservando o paralelismo entre classes e níveis, teto e piso. Cada carreira seguirá seus critérios para avanço. Para o Proifes e Adufrgs-Sindical, a carreira única geraria prejuízos à categoria de EBTT, devido à diferença na exigência da formação dos professores e à perda de direitos previdenciários, e objetivos diferenciados.
- A classe Senior: o governo recuou na meta de criar uma nova classe no MS, entre a classe de professor associado e a de titular, o que alongaria a carreira. Proifes e Adufrgs-Sindical eram contra e procuram reduzir o tempo da carreira para garantir uma aposentadoria mais elevada para docentes que ingressaram após 2004 (quando foi extinto o benefício integral).
- Classes: continuam as quatro atuais, com quatro níveis cada. No MS: professor auxiliar, assistente, adjunto e associado. No EBTT: D1, D2, D3 e D4 - composta pela D4S - e D5, com três níveis. Proifes e Adufrgs-Sindical defendem que haja uniformização dos nomes, estabelecendo como modelo os do MS.
- Regimes de trabalho: continuam 20h, 40h e dedicação exclusiva (DE), que seria regulamentados para as duas carreiras. Proifes e Adufrgs-Sindical apoiam e defendem remuneração para cada regime equivalente a 1, 2 e 3 vezes, respectivamente. O governo não se posicionou sobre isso.
- Ingresso no início da estrutura da carreira: classe auxiliar ou na D1. O vencimento básico igual para todos e RT dependente da titulação. Proifes e Adufrgs-Sindical reivindicam que salário do professor auxiliar 1 ou D1 doutor seja superior ao de Adjunto 1 doutor atual e o de mestre acima do de Assistente 1.
- Corpo docente: professores da carreira, visitantes, visitantes estrangeiros e substitutos. Proifes e Adufrgs-Sindical concordam com formato.
- Comissão permanente e de pessoal docente: a ser criada por lei. Tem apoio das entidades.



- **Progressão na carreira:** o intervalo de migração de um nível para outro reduz de dois anos para 18 meses no MS, o que reduz a 22,5 anos o tempo para alcançar a maior remuneração da carreira. Proifes e Adufrgs-Sindical discordam do prazo e querem encurtá-lo, pois a proposta prejudicará docentes que ingressaram após 2004.
- **Desenvolvimento na carreira:** continuam as regras atuais de progressão (mudança de nível) e promoção (mudança de classe) baseadas em avaliação de desempenho. Mas o governo estipula que para docente do MS passar a Associado tenha título de doutor e mais dois anos de atuação na Pós-Graduação. Para migrar a D4 no EBTT, o professor terá de ter título de doutor ou "Notório Saber Tecnológico". Proifes e Adufrgs-Sindical são contrários às duas exigências. A titulação deve receber a RT correspondente, pois atividades com ensino, gestão e extensão também devem valer para

a promoção. A inexistência de pós-graduação em muitas instituições (como as novas), o que limitaria a ascensão. O "Notório Saber Tecnológico" também enfrenta oposição, pois eliminaria quem atua em áreas básicas nos Institutos Federais, nos colégios de aplicação e nas escolas infantis. No EBTT, mestres ascendem a D5 e quem está em D4S sem titulação tem remuneração igual à dos titulares de mesma titulação no MS.

- **Composição remuneratória (VB + RT em valores nominais):** Proifes e Adufrgs-Sindical concordam com as duas parcelas, mas são contra valores nominais. A proposta é de que a RT seja proporcional ao VB - 80% (doutores), 40% (mestres), 20% (especialistas) e 10% (aperfeiçoados).
- **Retribuição por projetos institucionais (ensino, pesquisa e extensão):** existente nas duas carreiras. O governo quer desvincular este benefício da remuneração. Proifes e Adufrgs-Sindical consideram ser esta uma proposta de gestão e deve ficar fora da discussão da carreira. Já gratificações por preceptoria e coordenação de curso, que já haviam sido apresentadas, não tiveram manifestação do governo.



Itens que ficaram fora do proposta:

- **Professor titular em cargo isolado com acesso por meio de concurso:** não há posição até agora sobre a remuneração se igual ou não à do Associado 4 ou do D4 4. A existência do cargo foi confirmada e tem apoio do Proifes e Adufrgs-Sindical.
- **Enquadramento:** não pode ser discriminatório com aposentados. Devem ser corrigidas distorções ocorridas em 2006, quando foi criada a classe de Associado. Docentes bloqueados em Adjunto 4 por mais de dois anos devem ser reenquadrados e sua nova posição na tabela depende do tempo em que ficaram bloqueados, valendo para ativos e aposentados.
- **Equiparação com a carreira de Ciência e Tecnologia:** representantes do governo dizem não ter ainda autorização para falar em valores.
- **Progressão D1-D3:** O governo disse que está estudando uma forma de resolver este problema na carreira de EBTT. O Proifes e Adufrgs-Sindical pressionam para que a medida seja apressada devido aos grandes prejuízos aos professores.
- **Professores de colégios militares e de ex-territórios:** ficaram fora da MP. O governo quer abrir novo prazo para adesão destes à carreira de EBTT. Proifes e Adufrgs-Sindical defendem a migração de todos estes docentes, sem perda de direitos.

Adufrgs-Sindical olha para o futuro

A realidade em 2012 é diferente daquela do início do processo negocial, declara a presidente da Adufrgs-Sindical, Professora Maria Luiza A. von Holleben. "Agora nossa preocupação está voltada aos futuros aposentados, os pós 2004, cujos proventos serão dependentes de uma média dos melhores salários." Carreira muito longa deixa de ser uma carreira atraente, pois a premissa passa a ser atingir logo melhores salários, diz Maria Luiza. Contudo, se por um lado, carreiras curtas favorecem estes professores, por outro lado este encurtamento pode prejudicar a próprio conceito de carreira, tirando o seu sentido e todos os mecanismos de incentivo e reconhecimento, declara a presidente da entidade. Mecanismos como a eliminação da classe de professor auxiliar; a eliminação ou diminuição dos níveis em cada classe; diminuir para três anos o tempo da classe de professor auxiliar, fazendo-a coincidir com o estágio probatório; diminuir a dispersão salarial aumentando o piso salarial em relação ao teto estão sendo aventados. A diretoria da Adufrgs-Sindical abriu esta discussão com o Conselho de Representantes sobre estas e outras possibilidades que foram propostas. O debate, em breve, será ampliado aos demais professores para depois ser feita uma consulta à comunidade.

Previdência Social Pública: Deficitária ou superavitária?

por **Maricélia Pinheiro**, da assessoria de comunicação da Adufrgs-Sindical

O tema é polêmico e divide opiniões. O governo admite superávit na previdência urbana, mas quando apresenta as contas da previdência rural, afirma que o superávit da primeira não cobre o déficit da segunda. Entidades como a Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social (Anasps), a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) e a Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP), entre outras, asseguram que o déficit é uma farsa e já se especializaram, inclusive, em desenvolver publicações periódicas em que comprovam suas afirmações. São levantamentos, gráficos, notícias e artigos publicados ao longo da última década, que levam a uma indagação: quais as fórmulas de cálculo utilizadas por ambos os lados e qual seria a correta?

Para tentar entender como se calcula a receita e a despesa da previdência pública, primeiro é preciso saber que esta é parte do sistema de Seguridade Social, que abrange ainda a saúde pública e a assistência social. Segundo o presidente da CNSP, Antonio Tuccilio, os dados divulgados pelo governo levam em conta apenas a receita referente à arrecadação com folha de pagamento. Não são computados, por exemplo, os valores provenientes de outras fontes como loterias, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Ou seja, se os cálculos fossem feitos tendo como base toda a receita destinada a todo o sistema da seguridade social, o resultado seria superavitário. “O superávit é repassado para outros ministérios, através da Desvinculação de Receita da União (DRU)”, garante Tuccilio. Segundo ele, em 2011 o superávit total da seguridade social chegou próximo a R\$ 78 bilhões. Sem falar nos valores que o governo deixa de arrecadar com a renúncia fiscal das microempresas.

Matéria veiculada pela Agência Brasil no dia 2 de maio de 2012 informa que a previdência urbana registrou em março o melhor superávit da história (R\$ 3,19 bilhões), enquanto a rural apresentou um déficit de R\$ 4,96 bilhões. “O resultado agregado de previdência urbana e rural mostra arrecadação líquida de R\$ 22,22 bilhões em março, contra benefícios de R\$ 23,98 bilhões, o que deixou déficit de R\$ 1,76 bilhão”, diz o texto. Vale ressaltar

que estas são informações veiculadas pelos meios oficiais, sem a devida explicação das metodologias utilizadas nos cálculos. E aí entra o incessante trabalho de entidades de trabalhadores para tentar mostrar à população que o quadro não é bem esse divulgado pelo governo.



Sobre a Desvinculação de Receita da União a DRU permite que 20% da receita tributária da União sejam distribuídos pelo governo federal entre os programas que julgar prioritários. Criada em 2000, em substituição ao Fundo de Estabilização Fiscal, foi prorrogada até 2015.

Essa “distorção” foi estudada profundamente pela professora do Instituto de Economia da UFRJ, Denise Gentil, em sua tese de doutorado, intitulada A Falsa Crise do Sistema de Seguridade Social no Brasil. Em entrevista ao Jornal da UFRJ, em 2006, Denise revelou que os “próprios dados oficiais divulgados no website do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) evidenciam uma considerável distorção entre o que é divulgado à população e o que realmente pode ser constatado por especialistas em relação ao financiamento previdenciário”. Ela confirma, em seu estudo, o que os especialistas da Anasps e da Anfip afirmam: o saldo previdenciário apresentado pelo governo não inclui todas as receitas.

Para o vice-presidente executivo da Anfip, Floriano José Martins, trata-se de uma “briga de conceitos”. Segundo ele, a Constituição Federal determina que a cobertura de possíveis déficits na previdência social deve ser feita com a receita da seguridade social, que é superavitária. “O governo usa o argumento do déficit para justificar as sucessivas reformas previdenciárias, com corte de benefícios e aumento de contribuição”, observa. Nessa mesma linha de pensamento, segue a pesquisadora da UFRJ. Segundo Denise Gentil, há grandes interesses econômicos empenhados em propagar a ideia de que existe um déficit crônico na Previdência, quando na verdade não existe.

Segundo a assessoria do Centro de Dados da Anasps (DatAnasps), já se tentou mudar o modelo de cálculo do déficit da previdência, “mas houve resistências por parte do Ministério da Fazenda, que faz do déficit um cavalo de batalha e exemplo de que a previdência social pública é mal administrada e que está à beira do colapso”. De acordo com a assessoria, as despesas com benefícios do Regime Geral da Previdência (RGPS) não chegam a 6% do PIB, portanto “não preocupam, desde que haja a cobertura correta dos recursos da seguridade”.

A Adufrgs-Sindical, através de sua assessoria de comunicação, quis saber do Ministério da Previdência por que há tanta discrepância entre as contas do governo e as contas de entidades como Anasps, Anfip e CNSP. O diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, Rogério Nagamine, respondeu que o Ministério da Previdência Social considera, com base na legislação atual, as receitas e despesas que estão legalmente vinculadas ao Fundo do RGPS, enquanto as demais entidades falam do orçamento da seguridade social, que engloba outras fontes de receitas. “Além disso, são consideradas por estas entidades receitas que vão para a DRU. Enfim, há diferenças de metodologias, mas a contabilidade feita pelo governo, obviamente segue embasamentos legais e constitucionais”, afirmou Nagamine.

Contribuição de inativos e fator previdenciário

A partir da reforma de 2003/2004, os servidores públicos aposentados passaram a pagar previdência social de acordo com a Emenda Constitucional 41. “O Brasil é o único país do mundo onde isso acontece”, observa Antonio Tuccilio, presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP). Desde 2006, tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 555, que prevê o fim da contribuição dos aposentados. O argumento parece mais que lógico: o trabalhador paga previdência durante toda a vida laboral para que possa receber o benefício ao se aposentar.

Em audiência pública na Câmara Federal, no dia 17 de maio de 2012, aposentados, auditores da Receita Federal e sindicalistas mais uma vez pressionaram o Legislativo pela aprovação da PEC 555. Para eles, o fim da contribuição previdenciária dos servidores inativos depende apenas de decisão política, uma vez que não há medidas econômicas a serem tomadas, pois só em 2011, segundo dados da Anfip, houve superávit de R\$ 77 milhões na seguridade social.

O secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, Leonardo José Rolim, explicou, durante esta audiência pública, que a contribuição previdenciária do aposentado não foi instituída apenas por uma questão fiscal, mas histórica, e que o Ministério reconhece a necessidade de se discutir o tema.

Para o presidente do Instituto dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap), Edson Guilherme Haubert, o contrato com o governo é extinto no ato da aposentadoria. Assim, não faria sentido continuar com a contribuição.

Em relação aos aposentados pelo RGPS (trabalhadores da iniciativa privada) o chamado fator previdenciário tem sido o grande vilão, desde que foi instituído, em 1999, através da Lei Nº 9.876. Esta fórmula de cálculo foi criada com a finalidade de reduzir o valor dos benefícios previdenciários, no momento de sua concessão, de maneira inversamente proporcional à idade de aposentadoria do segurado. Ou seja, quanto menor a idade de aposentadoria, maior o redutor e, conseqüentemente, menor o valor do benefício.

No dia 15 de maio de 2012, o fim do fator previdenciário foi tema de debate em audiência pública na Comissão de Seguridade da Câmara Federal. Durante a reunião, representantes do Ministério da Previdência, dos auditores fiscais, dos aposentados e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), chegaram ao consenso de que o fortalecimento da previdência social brasileira nos últimos anos justifica a extinção do fator.

Entenda o fator previdenciário:

É aplicado para cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade, sendo opcional no segundo caso. Criado com o objetivo de equiparar a contribuição do segurado ao valor do benefício, baseia-se em quatro elementos: alíquota de contribuição, idade do trabalhador, tempo de contribuição à Previdência Social e expectativa de sobrevida do segurado.

(Fonte: Ministério da Previdência)

Receitas e despesas da Seguridade Social de 2008 a 2010 (R\$ bilhões)

Receitas realizadas	2008	2009	2010
Contribuições sociais (RGPS, Cofins, CSLL, etc)	359.840	375.887	441.266
Seguridade Social (MPS, MDS, MS)	15.191	14.923	14.224
Contrapartida do Orçamento Fiscal para EPU	2.048	2.015	2.136
Receita total	377.079	392.826	458.626
Despesas liquidadas	2008	2009	2010
Benefícios previdenciários (urbanos rurais e compensação)	199.562	255.096	254.859
Benefícios assistenciais (Loas e RMV)	15.641	18.712	22.234
Bolsa Família e outras transferências de renda	10.526	11.851	13.493
EPU (Benefício de Legislação Especial)	2.048	2.015	2.136
Saúde: despesas do MS (inclusive pessoal)	50.265	58.261	61.096
Assistência Social: despesa do MPS (inclusive pessoal)	2.678	2.771	3.099
Previdência Social: despesa do MPS (inclusive pessoal)	4.752	6.262	6.478
Outras ações da Seguridade Social	3.894	7.174	7.510
Benefício do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT)	20.690	27.077	29.195
Outras ações do FAT	0.724	0.666	0.417
Despesa total	310.779	359.886	400.517
Saldo da Seguridade Social	66.300	32.940	58.109

Fonte: MPS e STN-MF – Organização: Anfip e Fundação Anfip

Receitas de contribuições sociais selecionadas e os efeitos da desvinculação promovidos pela DRU

	2008	2009	2010
Contribuições sociais (Cofins, CSLL, PIS/Pasep)	196.484	193.879	229.298
Valores desvinculados	39.255	38.776	45.860

Fonte: STN. Organização: Anfip e Fundação Anfip

Contribuições dos Aposentados e Pensionistas x Renúncias Previdenciárias/2004-2010 (R\$ bilhões)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média Mensal	Média Anual
Renúncias	11,08	12,79	14,05	14,93	15,24	17,13	18,18	1,05	14,77
Inativos (a)	0,33	0,77	0,93	1,06	1,21	1,35	1,54	0,08	1,02
Pensionista (b)	0,02	0,22	0,31	0,36	0,42	0,46	0,51	0,02	0,32
Total (a+b)	0,35	0,99	1,24	1,42	1,63	1,81	0,51	0,10	1,35

Fontes: Receitas Previdenciárias: SPS/MPS; renúncias: STN e RFB. Organização: Anfip e Fundação Anfip

Em nanotecnologia não se pensa pequeno

por **João Guilherme Sabino Ometto**, engenheiro da EESC/USP e vice-presidente da Fiesp

O mercado mundial de nanotecnologia (a ciência das micropartículas) deverá movimentar US\$ 3,1 trilhões anuais a partir de 2015. Infelizmente, o Brasil irá beneficiar-se de modo tênue deste avanço, pois não integra o grupo dos 35 países líderes no segmento. Nem mesmo no contexto dos BRIC estamos bem posicionados. No grupo, somos os últimos em P&D e investimentos na área, atrás da Rússia, China e Índia. Precisamos recuperar o tempo perdido.

Nesse sentido, conforme indica estudo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a formação de recursos humanos em nível técnico e superior é condicionante. Não há cursos de graduação no País. Apenas de pós-graduação. Assim, assume especial significado o Programa Sesi-SP/Senai-SP de Educação em Nanociência e Nanotecnologia, que proverá conhecimento aos alunos do Ensino Fundamental e do Médio (Sesi) e dos cursos técnicos, tecnológicos e superiores (Senai). Também será oferecido suporte às empresas para a implementação de projetos e serviços.

O Senai trouxe, ainda, a experiência em divulgação da nanotecnologia de Taiwan. Aproveitando-se das dificuldades atuais da Europa, convidou professores com expertise para virem disseminar seus conhecimentos (lembrem-se que os Estados Unidos não tiveram constrangimentos em levar para suas universidades cientistas estrangeiros como Albert Einstein e Wernher von Braun). Estas são estimulantes notícias neste início de 2012, quando a nossa indústria precisa ganhar competitividade.

Estima-se que a indústria vivenciará uma verdadeira revolução com a nanotecnologia, que terá grande impacto transformador em muitos processos tradicionais, principalmente nos setores farmacêutico, químico, de energia, petróleo, mineração, metalmecânico, têxtil e gráfico. Haverá ganhos de produtividade, redução de custos e surgimento de novos produtos. Na Escola de Engenharia de São Carlos da USP, cujo campus II é excepcional, se realizam interessantes pesquisas voltadas ao desenvolvimento de novos dispositivos eletrônicos, tecidos antimanchas e antibacterianos e catalisadores imunes aos efeitos nocivos do monóxido e do dióxido de carbono.

O potencial também é muito grande na agroindústria, desde os alimentos funcionais, passando pelos fertilizantes, até as embalagens. No Brasil, estas pesquisas específicas concentram-se na Embrapa, tendo resultado na criação do Laboratório Nacional de Tecnologia para o Agronegócio, em São Carlos, e em uma rede composta por 19 unidades da própria empresa e 17 centros acadêmicos de excelência.

É neste contexto que se torna muito pertinente o programa do Sesi e do Senai de São Paulo, que criaram o Grupo de Trabalho de Nanotecnologia, para uma ação integrada e sinérgica. Na primeira instituição, serão promovidos programas de estímulo e conscientização, bem como para a formação de professores. No Senai, além da preparação dos docentes, já está em curso a instalação de três unidades estratégicas em São Paulo: na Escola Mário Amato, o Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação em Nanotecnologia, com foco em química, cerâmica avançada e polímeros; na Escola Nadir Dias Figueiredo, o Centro de Nanotecnologia Aplicada à Área de Metalurgia; e na Escola Suíço-Brasileira Paulo Ernesto Tolle, o Laboratório de Nanometrologia e Microusinagem.

O Senai-SP também terá cinco escolas móveis de nanotecnologia, para o ensino, capacitação, divulgação e informação sobre o tema. Além disso, importou dos Estados Unidos o Conjunto Nanoprofessor, constituído por microscópio de fluorescência, outro de força atômica e uma proposta didática completa para o ensino da matéria. Trata-se de método único em todo o mundo. Foram adquiridos, ainda, equipamentos japoneses e alemães de última geração.

Ações como essas, às quais se somam iniciativas isoladas nas áreas do petróleo/petroquímica, argamassas e cosméticos, precisam multiplicar-se no Brasil, que perdeu o timing mundial no desenvolvimento de uma tecnologia cada vez mais decisiva para a competitividade. Os números do mercado, as perspectivas da indústria neste século e a proatividade de nossos concorrentes na economia global alertam que nas nanociências o pensamento e a visão têm de ser grandes.

Baixa procura em concurso revela falta de técnicos no Estado

por **Araldo Neto**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) realizou, no final de maio, concurso público para preencher 115 vagas de professores nos 12 campi da instituição espalhados pelo Estado. Os concursados deveriam ter formação de nível técnico e superior, conforme a vaga em disputa. Os salários variam entre R\$ 1.536,46 e R\$ 6.106,51. Mesmo assim, houve baixa procura no Campus de Rio Grande para as áreas de Processos de Usinagem (nenhum inscrito); Processos de Fabricação (com apenas seis inscritos); Engenharia Civil; Mecânica dos Solos; Mecânica das Estruturas; Manifestações Patológicas; Orçamento e Planejamento (com somente duas inscrições) e Eletricidade (com três inscritos). O Campus de Rio Grande é o que tem maior número de alunos no IFRS, com 2.708 estudantes. Ao todo, 17 vagas estavam em disputa apenas neste Campus.


A reitora do IFRS, Cláudia Schiedeck Soares de Souza, afirma que a realização de concursos para professores é uma prática comum no Instituto. Segundo ela, a busca por profissionais especializados é contínua. "O Instituto cresceu muito desde 2009, quando o IFRS foi criado. Saltamos de 5 mil alunos para cerca de 13 mil em três anos. Novos cursos surgiram nesse período. Por isso, há necessidade para realizar concursos para suprir essas demandas", comenta.

Para Cláudia, a grande dificuldade está em preencher vagas na área de engenharia. Ela cita a baixa procura para vagas em Rio Grande como exemplo. Lá já foram realizados quatro concursos e uma vaga ainda não foi preenchida. "O Brasil todo precisa de engenheiros. A procura por esse profissional é grande", afirma. O diretor geral do Campus Rio Grande, Osvaldo Casares Pinto, diz que a dificuldade é maior especialmente na área de Automação Industrial e Mecânica. No concurso, foram 32 vagas que tinham como pré-requisito graduação nas mais diversas áreas da engenharia. O número equivale a pouco mais de 25% das vagas oferecidas no total.

Ao todo, o IFRS recebeu 2.847 inscrições para as provas de admissão. Para o coordenador da comissão do concurso, professor Franck Joy Almeida, o número é con-

siderado dentro da expectativa. As vagas que receberam maior número de inscritos foram de Licenciatura em História e Biologia no Campus de Feliz. Em torno de 250 candidatos disputaram cada uma das vagas. Na avaliação do professor, o alto número é resultado da maior procura por vagas de licenciatura. "Esse candidato tem objetivo específico de ser professor, enquanto outras áreas apresentam campo de atuação maior", conclui. Para a reitora do IFRS, a explicação se deve ao fato que muitos candidatos da Região Metropolitana buscam cidades próximas, onde, teoricamente, a densidade de candidatos por vaga é menor.

O Campus Porto Alegre é onde está a menor concentração de vagas. No concurso, foram apenas duas oportunidades: uma para arquivologia e outra para estatística. O diretor do Campus Porto Alegre do IFRS, Paulo Sangoi, revela que o novo docente da área de estatística irá atuar nos cursos técnicos de Contabilidade e Administração, além de mais cinco cursos superiores. "Atualmente, só temos um docente na área de estatística, por isso estamos contratando outro", informa. Já o arquivologista deverá atuar no novo curso técnico de biblioteconomia. Conforme Sangoi, o número de professores que atuam no Campus Porto Alegre é suficiente para atender os cursos oferecidos. Atualmente, o Campus atende 2.568 alunos e conta com 120 professores, o que dá uma média em torno de 21 alunos para cada professor.

Cada Campus do IFRS tem autonomia para decidir os cursos técnicos que irão aplicar, segundo a reitora Cláudia, que explica que a definição ocorre conforme a demanda local de cada um. Por exemplo, os cursos do Campus Sertão, no norte gaúcho, são voltados à agricultura, em sua maioria, já que este é o setor que move a economia da cidade. A inserção de novos cursos de nível superior passa pela aprovação do Conselho Superior do Instituto Federal do Estado. Por lei, 50% dos cursos dos Institutos devem ser técnicos. No Rio Grande do Sul, esse número chega a 70%. Nos 12 campi do IFRS, são oferecidos 40 cursos técnicos, sendo 26 superiores e quatro especializações. Em torno de 13 mil alunos são atendidos por um quadro de 582 professores. 

Segurança nos Campi é preocupação constante dentro das universidades

Instituições investem em equipamentos e reforçam as vigilâncias, que têm sido realizadas por empresas terceirizadas, selecionadas através de licitações

por Michelle Rolante



Na UFCSPA, assim como em outras universidades, houve injeção de recursos na implementação de câmeras de monitoramento

A segurança tem sido um dos principais anseios da sociedade, que sofre com situações de frequente violência. Esta preocupação também está presente nos campi das universidades e institutos espalhados por todo Brasil. Um caso que ficou marcado na história foi o do estudante da USP, Felipe Ramos de Paiva, de 24 anos, que foi assassinado em uma tentativa de assalto dentro do campus da universidade. Em vista de situações como esta, cada vez mais as instituições de ensino procuram garantir a segurança dentro dos seus campi para que alunos, servidores e professores desenvolvam suas atividades com tranquilidade. Nos campi da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcspa) e do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS-POA) esse tem sido um objetivo constante.

De acordo com o reitor da Ufrgs, Carlos Alexandre Net-

to, a Universidade possui uma área construída de 360 mil m² e cerca de 44 mil pessoas circulando todos os dias nas suas dependências. Para atender a segurança, a Ufrgs conta com um grupo de servidores específicos para essa área - que são os vigilantes - e também com o apoio de uma empresa de segurança terceirizada, uma vez que o quadro de segurança está em extinção no serviço público, e, à medida que os servidores desta área se aposentam, estes cargos não são repostos. "Isso aumenta a demanda por servidores terceirizados", destaca Netto. O reitor explica que, em vista da diminuição do número de servidores do quadro efetivo, ao mesmo tempo em que, aos poucos, a Universidade vai sendo ampliada, cada vez mais aumenta o plantel de seguranças terceirizados. Em 2009, a Ufrgs mantinha 174 postos de vigilância com turnos de 12 horas - hoje são 188 postos, um aumento de quase 10% em dois anos.



"Nós temos uma política de investimento em segurança que está relacionada com a questão do preparo e da modernização desse setor", declara Netto. Para tanto, a Ufrgs adquiriu equipamentos novos, como computadores, veículos, rádios de comunicação, equipamentos de segurança e reposição de uniformes para os vigilantes. Também são desenvolvidas ações de capacitação junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, que tem como objetivo preparar os agentes de segurança com habilidades para operar em situações que apesar de passíveis de ocorrência "são cada vez menos frequentes" na Universidade. Neste sentido, o investimento mais importante, no ponto de vista do reitor, foi a implementação de videomonitoramento no Campus do Vale.

Esse sistema inclusive cede imagens para a Brigada Militar (BM), porque as câmeras localizadas no pórtico do Campus do Vale captam imagens de parte da Avenida Bento Gonçalves. Por isso, existe uma parceria com a BM que se reflete na segurança das pessoas que circulam por esse espaço externo do campus. O reitor da Ufrgs destaca que desde 2009 até 2011 houve uma redução significativa no número de ocorrências. "Em 2009, o total de ocorrências registradas foram 2.900 e em 2011 foram 2.500, sendo que 65% dos casos foram de portas e janelas esquecidas abertas." Netto explica que os guardas noturnos costumam realizar ronda nos prédios para verificar se encontram abertas portas ou janelas no andar térreo (que ficam de frente para a rua), justificando porque se registram tantas ocorrências do gênero.

E apesar de aparentemente inofensivo, este fato deve ser registrado. Se a última pessoa a sair da sala ou do prédio, ao ser informada da ocorrência, afirmar que deixou a porta fechada, é sinal de que alguém tentou abrir - mas nem sempre quer dizer que houve roubo. No entanto, há casos mais concretos. Os mais comuns são de pequenos furtos, invasões e depredações, que representam 35% das ocorrências. "Nos últimos anos não tivemos nenhum registro grave. Por isso, posso dizer que todos os campi da Universidade são, em termos relativos, mais seguros que as áreas externas a eles", afirma Netto.

Atualmente não há mais circulação de transeuntes no interior dos prédios. Para entrar, a pessoa deve se identificar na recepção. Mas existem campi, como o da Saúde e o da Escola Superior de Educação Física (Esef) que são abertos ao público, e a comunidade pode usar as dependências, devido aos diversos serviços e projetos de extensão realizados nesses espaços. No Campus do Vale, que também é aberto, o fluxo de veículos tem sido controlado e os portões são fechados a partir de um determinado horário.

O videomonitoramento também tem reduzido casos de pequenos furtos e roubos de carro no Campus do Vale.

Segundo o reitor da Ufrgs, já existe um estudo para colocar videomonitoramento em outras áreas da Universidade, porém é necessário um projeto mais detalhado para orçar e buscar recursos. "Desta forma, estamos nos precavendo e organizando um pouco melhor o fluxo de pessoas para aumentar a segurança pessoal e patrimonial de toda comunidade acadêmica". O sistema começou a ser implementado no Campus do Vale, justamente por ser lá onde está concentrada a maior circulação de pessoas.

A aluna do curso de Nutrição da Ufrgs, Alessandra Behar Ramos, opina que a grande movimentação de pessoas nos campi causa uma certa intranquilidade. "Só vemos segurança na entrada dos carros e qualquer pessoa pode entrar nas dependências da Universidade", critica.



Sangoi e Hech, do IFRS, afirmam que entrada centralizada e monitoramento garantem mais segurança no campus

Segurança do IFRS melhora com mudança de sede

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS-POA) que até agosto de 2011 estava localizado em um prédio de 7.500 m² da rua Ramiro Barcelos, foi transferido para um espaço de 38.000 m² ocupado por dois prédios interligados, na rua Voluntários da Pátria. De acordo com o diretor do IFRS, Paulo Sangoi, em um primeiro momento foi necessário redistribuir a segurança até a realização de uma licitação para contratar mais pessoas nesta área. Ao ocupar o novo prédio, a diretoria passou a enfrentar um novo problema, que era administrar um local maior, com muitas entradas, e localizado no Centro de Porto Alegre, onde há um fluxo muito grande de pessoas.

Sangoi destaca que para ter um controle maior da entrada e saída de pessoas no prédio foram fechados alguns acessos. Desta forma a entrada do público geral foi centralizada no acesso pela Rua Coronel Vicente, esquina com a Voluntários da Pátria. Também há uma entrada pelo estacionamento, mas alunos, servidores e professores utilizam um selo de identificação para poder circular. Já no acesso principal, há uma recepcionista identificando as pessoas

através de fotografias. “Até o momento, não tivemos nenhuma ocorrência de assalto, mas como estamos em um país que tem sérios problemas de segurança, essa questão nos preocupa bastante”, afirma Sangoi.

Eventualmente, se os guardas percebem que pessoas estranhas estão circulando nas dependências do Instituto, logo procuram identificá-las. Atualmente, está sendo concluído o processo de instalação de novas câmeras, uma vez que todo o prédio já é monitorado. E os vigilantes também podem visualizar a parte de fora do campus através de câmeras externas. O quadro de seguranças no IFRS também é terceirizado, em decorrência do cargo ter sido extinto do quadro de servidores públicos. De acordo com Sangoi, hoje funcionam cerca de dez postos que auxiliam na segurança durante 24 horas, garantindo que o prédio nunca fique vazio.

Nem sempre foi assim. O vice-diretor de ensino Júlio Hech conta que na sede antiga do Instituto os alunos frequentemente relatavam ser vítimas de assaltos na parte externa do campus. No estacionamento do local, as vagas eram limitadas e alunos, servidores e professores acabavam tendo que deixar seus carros na rua. “Já aconteceu de aluno estacionar fora do prédio e ser assaltado”, revela Hech. Na nova sede, com todo o esquema de segurança, desde que se estabeleceu, há quase um ano, não houve nenhum registro de assalto no IFRS-POA. “Pelo menos, nenhum aluno nos procurou para registrar alguma ocorrência.”

Segundo a BM, as ocorrências no antigo espaço do IFRS estavam atreladas à rua Ramiro Barcelos ser uma das mais utilizadas para assaltos em Porto Alegre. Esse índice de ocorrência diminuiu, pois agora ali só funcionam os cursos diurnos. “As pessoas tinham a impressão que no Centro seria mais perigoso, mas não é verdade”, diz Hech. Um fato que colabora para isso é que os alunos que utilizam ônibus para se deslocar para o novo campus contam com paradas mais movimentadas no Centro. “Na Ramiro Barcelos, seguido ouvíamos alarmes de carro, aqui raramente isso ocorre. O policiamento também é melhor”, enfatiza o vice-diretor de ensino.

O IFRS-POA possui em torno de 50 vigilantes que se revezam em dez postos. Durante a noite a segurança é mais patrimonial, por isso o número de vigilantes reduz. O sistema de câmeras está sendo remodelado com o objetivo de inibir qualquer tentativa de furto. Outra iniciativa será a confecção de cartões magnéticos e reconhecimento biométrico para identificação de alunos, técnicos e professores que serão utilizados para liberar as catracas. “Esse programa está sendo desenvolvido pelo setor de informática e ajudará na identificação de visitantes que, inclusive, terão que se apresentar na recepção para pegar um cartão

para passar na roleta”, revela Sangoi.

O diretor destaca ainda que há um projeto de colocar um sistema de abertura de portas com uso de cartões magnéticos, a exemplo do sistema utilizado em alguns hotéis. “Como há muito equipamento multimídia nas salas de aula, seria uma forma de dificultar o roubo praticado pelo ladrão ocasional.” Com o acesso de cartão magnético também seria possível identificar quem entrou na sala. Outra iniciativa é colocar nas bibliotecas um sistema de alarme similar aos que são utilizados em lojas. Caso haja



alguma tentativa de roubo ao passar com o livro, que terá um sensor, o alarme deve disparar. “Já estamos fazendo orçamento para licitação destes dois sistemas de seguranças”, relata Sangoi.

“A segurança no novo prédio do IFRS é surpreendente. Estamos no Centro, um local de muita circulação que a princípio parece ser vulnerável. Mas, pelo contrário, têm-se total segurança”, opina a professora Maria Cristina França. Ela conta que pode tranquilamente entrar cedo, quando ainda há pouca circulação de pessoas, e também sair tarde, sem sentir medo ou preocupação. “O fato do prédio ter poucos acessos e esses serem monitorados, ajuda bastante.”

UFSCPA aumentará vigilância em vista do anexo 3

Assim como nas outras universidades federais, a segurança da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFSCPA), é realizada atualmente por uma empresa terceirizada. De acordo com a pró-reitora de administração, Roseane Alfama Inhaquites, quando a instituição ainda era Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA) no quadro de servidores havia o cargo de segurança, porém com o tempo estes



Roseana Alfama, pró-reitora da UFCSPA, diz que projeto do anexo 3 prevê os locais onde a segurança será reforçada

foram sendo transformados em outros cargos. Segundo Roseana, foi realizada uma licitação com uma série de exigências necessárias para serem desenvolvidas na área de segurança da instituição e para contratar profissionais capacitados.

A instituição conta atualmente com 12 profissionais, que se revezam nos turnos diurno e noturno. “A nossa preocupação é que tenhamos uma segurança eficaz, pois o fluxo de alunos, servidores e docentes é grande, se levarmos em consideração o tamanho da instituição”, afirma Roseana. Para assessorar o corpo técnico de vigilantes, a UFCSPA também conta com um sistema de câmeras de vigilância. Os próprios funcionários da empresa contratada fazem monitoramento desta câmeras. Segundo Roseana, quase todos os ambientes da Universidade são monitorados pelos equipamentos, incluindo corredores, reitoria e áreas próximas aos laboratórios - além de pontos estratégicos em todos os andares. “Podemos dizer que é bem tranquilo aqui na universidade, pois temos só uma entrada principal onde há uma guarita com vigilantes”, destaca Roseana.


Na entrada do prédio principal há dois vigilantes e o acesso é biométrico, ou através de identificação na recepção, onde é tirada uma fotografia para cadastrar o visitante. No anexo 2, que passou a funcionar em 2011, os acessos são realizados da mesma maneira. Para esse prédio foi realizada uma licitação, em 2011, para aumentar o número de vigilantes, uma vez que o local necessita de uma segurança maior por ter um restaurante com funcionamento aberto ao público. “Antes não tínhamos

esse aparato que temos hoje na segurança. Já ocorreu de entrar algum estranho e roubar a bolsa de um servidor ou docente”, conta Roseana. Entre as ocorrências mais comuns estava a tentativa de forçar entradas, no caso de alguém esquecer um documento na sala, por exemplo.

Como o campus da UFCSPA está em obras, devido à construção do anexo 3, quando chegam caminhões de fornecedores, os mesmos são fiscalizados pelos vigilantes e devem se identificar, informando para qual empresa estão fazendo a entrega de produto. Na última licitação já estava previsto um aumento do quantitativo de profissionais de segurança para quando ficar pronto o anexo 3. A previsão é que esta obra seja entregue aproximadamente em dois anos, por isso foi realizado outro projeto para licitação, em 2011, para implementação de mais câmeras de vigilância. Isso porque os equipamentos que já estão instalados são resultado de planejamento de cerca de três anos atrás. “O projeto prevê uma cláusula que a gente possa contratar até 25% em quantitativo de profissionais de segurança”, destaca Roseana. A licitação foi idealizada com a reitoria, a prefeitura universitária e o departamento de informática, para verificar quais os pontos estratégicos necessitam de uma segurança maior e solicitar um projeto. “Com a conclusão do anexo 3 esse projeto, baseado na planta do prédio, já prevê também quais os locais precisam de mais segurança”, conta a pró-reitora.

A previsão é que o anexo 3 tenha um fluxo maior de alunos, técnicos e professores. Por isso, a questão da segurança precisa ser estudada com antecedência para que através desse planejamento possa se saber o que será necessário daqui há dois anos. Roseana destaca que as câmeras instaladas na UFCSPA têm o foco direcionado no mesmo local e as novas são mais modernas, possibilitando uma visibilidade mais ampla de um determinado perímetro. “Nesse caso, tanto a vigilância quanto as câmeras que são necessárias, são iniciativas que estão atreladas e precisam ser desenvolvidas ao mesmo tempo”, destaca.

Dentro do projeto está previsto também uma central de monitoramento que terá um profissional visualizando todas as câmeras instaladas no campus para avisar os guardas sobre qualquer ocorrência. De acordo com Roseana, não há registros de situações mais graves, sendo as mais comuns alunos apresentarem mal estar em sala de aula. Nesse caso, os guardas chamam a Samu para auxiliar no atendimento, pois estão habilitados para atuar nesse tipo de situação. Já ocorrências como roubos não são registradas há “algum tempo”.

Desta forma, as instituições federais têm trabalhado em uma busca contínua para garantir a segurança da comunidade acadêmica. As ações realizadas, dizem os administradores, também visam auxiliar na segurança da comunidade em geral. 

Enrique Serra Padrós

“O aparato repressivo é ameaçador para um estudante de história”



A sociedade brasileira conhecerá, nos próximos meses, uma parte de sua história sonhada pela ditadura civil-militar instalada com o golpe de 1964, que depôs o governo constitucional de João Goulart. Cercada de dúvidas e pressões, a Comissão da Verdade já começa a estimular o surgimento de informações e relatos sobre o que aconteceu neste período de trevas da história brasileira. Aqui no Estado, uma parte dessa história já vem sendo contada há alguns anos, graças ao trabalho desenvolvido por professores e estudantes do Departamento de História da Ufrgs. Em entrevista à Revista Adverso, o professor Enrique Serra Padrós, pesquisador de ditaduras no Cone Sul e de suas conexões repressivas, fala sobre os desafios e obstáculos enfrentados por esse trabalho de recuperação e reconstrução da memória e de realizar uma história do tempo presente.

Entre trabalhos de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado, a produção do Departamento de História impressiona, e essa tendência deve aumentar ainda mais nos próximos anos. “Já existe uma quantidade muito grande de documentos liberados, um material de pesquisa para 20 ou 30 anos. O que está faltando concretamente é abertura dos arquivos militares”, diz Padrós.

por Marco Aurélio Weissheimer



Adverso: Quando o Departamento de História da Ufrgs iniciou o trabalho envolvendo ditaduras do Cone Sul, Operação Condor e conexões repressivas?

Enrique Padrós: No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e particularmente no Departamento de História, temos uma tradição em tratar de temas vinculados à ditadura brasileira e seus efeitos no Rio Grande do Sul e em países vizinhos, pelo menos desde o início dos anos 2000. Nós já tínhamos alguns professores que vinham acolhendo projetos de trabalhos sobre essa temática, talvez com um foco mais culturalista. A professora Sandra Pesavento, por exemplo, acolheu alguns trabalhos neste sentido. Logo depois, o professor Cesar Guazelli e a professora Claudia Wasserman também acolheram trabalhos sobre essa temática, com uma ênfase mais latino-americana e com uma vinculação a outros temas. Como eles estudam história contemporânea e América Latina, abriram espaço para que alguns trabalhos nessa área pudessem ser viabilizados. Eu me agrego a esse conjunto a partir da elaboração do meu doutorado, entre os anos 2000 e 2006, quando mergulho nessa temática. Ainda tem a professora Carla Rodeghero, que trabalha na área de História do Brasil, e outros docentes que eventualmente têm circulado por essa temática. Nos últimos cinco a seis anos, temos tido uma procura importante de vagas na pós-graduação de projetos que tratam sobre o tema, vindos de todos os pontos do Estado e de outras partes do País. De fato, criamos uma espécie de núcleo, com uma série de características próprias. Já temos mais de dez mestres, vários doutores formados e uma quantidade significativa de orientações em andamento no doutorado, no mestrado e também na graduação. É um trabalho que vem

crescendo e se mostrando muito produtivo. Há um crescente interesse das novas gerações de estudantes por esses temas. Tudo isso sempre veio acompanhado por muita atividade de extensão. Desde o ano 2000, professores vinculados ao departamento e, particularmente, eu e os alunos que trabalharam comigo, organizamos um ou dois encontros por ano com o foco central nas ditaduras do Cone Sul. São pequenas atividades. É aquela história do grão de areia que vamos carregando e acumulando dentro das nossas possibilidades.

Adverso: E quais são as características dessa produção acadêmica do ponto de vista metodológico e de abordagem?

Padrós: Trabalhamos na perspectiva das ditaduras dentro do Cone Sul. Sabemos que as pesquisas sobre ditaduras no Brasil têm especificidades próprias, mas entendemos que há elementos relacionados a essa temática no Rio Grande do Sul que vinculam o Estado tanto com o centro do País, quanto com o Uruguai e a Argentina. Assim, ao trabalhar com a ideia de Cone Sul estabelecemos alguns elementos fundamentais. Por um lado, essas ditaduras estão conectadas pela experiência histórica e por uma cronologia que não coincide, mas que se dá dentro de um parêntese de 20 anos, onde se projetam muitos elementos comuns. Por outro, há elementos comuns que são extraregionais, como a presença dos interesses dos Estados Unidos e de algumas empresas multinacionais em um determinado momento da história do capitalismo, em um cenário de Guerra Fria e com forte impacto da Revolução Cubana. Esses são alguns elementos comuns que encontramos em todos os países da região.

A partir desses elementos, temos uma cronologia que mostra claramente que há uma espécie de desen-

volvimento dessas experiências que vão sendo transmitidas e acolhidas por esses outros países. Isso vale tanto para a repressão quanto para a resistência. Há algumas matrizes que dizem respeito à Doutrina de Segurança Nacional, sendo que boa parte dela vem de fora e cada país faz algumas adaptações internas. Há toda uma preparação que vem de fora por meio das missões militares com os Estados Unidos, via Escola das Américas ou outro tipo de missão. Esses são outros elementos de ligação que colocam todas as Forças Armadas, ou ao menos os oficiais que participam dessas missões, vinculadas entre si. Esse tipo de relação, é importante registrar, começa a ocorrer dez ou 15 anos antes do início da sequência de golpes e das tentativas de golpes no Cone Sul.

Outro elemento comum a esses aparatos repressivos é o conceito de "inimigo interno", que precisa ser enfrentado onde estiver. As pesquisas que desenvolvemos trabalham essa questão de um modo muito importante. Depois do golpe de 1964 no Brasil, o "inimigo interno" também vai para o exterior, para o exílio, do outro lado da fronteira. Isso dá ao Rio Grande do Sul uma série de conotações estratégicas. Boa parte do exílio brasileiro no Uruguai pós-1964 é de gaúchos, ligados ao PTB, a Brizola e a Jango. Nós teremos, a partir dessa fronteira externa do País, que também é uma fronteira do Rio Grande do Sul, um trânsito permanente de exilados e pombos correio, de gente que tenta fugir e de gente que tenta voltar. E, é claro, atrás disso vai a repressão. Isso gera dinâmicas diferenciadas que não ocorrem em outros estados. O Rio Grande do Sul é o único estado que tem fronteiras simultâneas com Uruguai e com Argentina, com conglomerados humanos que, embora pequenos, representam passagens diretas de um lado para outro.

Outra questão importante é o fato de que, do outro lado da fronteira, há países onde a população tem uma dinâmica política muito intensa. No caso do Uruguai, uma democracia sempre muito aberta ao exílio e com uma consciência política bastante significativa com posições de centro-esquerda, reformistas, pautadoras de um estado forte. Além disso, tem sociedade com educação de altíssima qualidade e consciência política, o que também torna um pouco perigoso o contato do exílio brasileiro com essa sociedade que o acolhe, independente de suas contradições. Em relação à Argentina, o processo é similar, apesar daquele ser um país que tem a sua lógica democrática permanentemente interrompida por golpes. Mas também sua sociedade tem elevada consciência política e uma tradição operária muito intensa.

Tudo isso faz do Rio Grande do Sul um território muito interessante para ser explorado. A fronteira gaúcha sempre foi muito militarizada e mais ainda nesta época, quando havia uma competição geopolítica muito forte com a Argentina. Apesar de rivalizarem inclusive durante a ditadura, Brasil e Argentina unem suas ditaduras contra o “inimigo interno”. Outro elemento específico do Rio Grande do Sul é a experiência da Legalidade, que nos dá uma maior sensibilidade para entendermos o que significava esse golpe que vinha sendo amadurecido desde a década de 1950.

Adverso: Qual a relação do movimento da Legalidade com esse processo que estaria sendo gestado desde a década anterior?

Padrós: Houve intervenções na América Latina durante toda a década de 1950. Em 1954, tivemos o golpe na Guatemala e o golpe contra Getúlio Vargas (que muita gen-

te esqueceu). Em 1955, houve um golpe contra Perón. E depois disso veio a Revolução Cubana, talvez como uma reação a esse processo. O movimento da Legalidade, em 1961, tem a ver com essa sequência de instabilidade política e econômica no Brasil, da qual faz parte também a tentativa de impedir a posse do próprio Juscelino Kubitschek após o final da era Vargas. O que naquele ano mostra que as coisas estão mudando em termos qualitativos. Não se trata mais daquelas intervenções



“A figura do medo passou a ser instrumento de desmobilização e de congelamento das dinâmicas sociais já em 1964”

onde os militares vinham, “limpavam” e “devolviam” o poder.

Há outra questão que não podemos ignorar. Diferentemente do que ocorre no centro do País – onde muitas vezes se diz que o maior marco repressivo se dá após o AI-5, quando começariam os “anos de chumbo” –, nós entendemos que a repressão iniciou em 1964. Se queremos trabalhar com a ideia de ciclos, precisamos ter claro que o primeiro ciclo começou em 1964, e não

em 1969. Já houve uma perseguição brutal em 1964, só que ela se deu de forma diferenciada no País. O Rio Grande do Sul foi muito atingido em função das raízes brizolistas, janguistas e do próprio Getúlio, da força que o PTB tinha aqui, do PCB, dos militares que ficaram ao lado de Brizola em 1961. Isso fez também que tivéssemos elementos distintivos entre as primeiras vítimas da ditadura e da repressão: eram pessoas mais velhas e muitas delas vivendo no interior, já que o PTB era um partido espalhado pelo interior do Brasil. Nós já temos alguns mortos neste momento, mas, acima de tudo, 1964 é o início de um processo que ainda não se avalia muito bem hoje, onde a figura do medo passou a ser instrumento de desmobilização e de congelamento das dinâmicas sociais. Essa é uma perspectiva sobre a qual temos muito clareza e que ajuda a dimensionar a nossa visão sobre a ditadura.

Adverso: Detalhe um pouco mais o tipo de pesquisa que vem sendo realizada nesta área no Departamento de História da Ufrgs.

Padrós: Nós temos muitos trabalhos sobre partidos políticos, sobre o golpe de 1964, sobre o movimento da Legalidade, trabalhos de cunho biográfico e outros que colocam o foco central no tema da repressão. Às vezes, somos cobrados no sentido de que estaríamos dando uma ênfase muito grande na repressão, deixando outros aspectos da ditadura de lado. Mas a repressão não é um fenômeno que se encerra em si mesmo, e sim uma necessidade de um determinado projeto econômico que está por trás de tudo. Há uma demanda trazida pelos estudantes que tem a ver com a falta de justiça e com a impunidade que há no País. Essa é outra marca que me parece importante nos trabalhos que têm

sido feitos na Ufrgs.

Adverso: Quais são os desafios que a temática apresenta?

Padrós: As dificuldades para trabalhar com essa temática são de várias ordens. Durante algum tempo, entre os anos 2004 e 2006, ficamos muito presos com a falta de documentos. Na época, alguns estudantes nossos, junto com alunos de outras universidades, formaram o Movimento dos Estudantes Gaúchos pela Abertura dos Arquivos. Nós acabamos trazendo muito material de outros países e isso foi muito importante, pois nos apropriamos das discussões e dos temas que estavam sendo pautados na Argentina e Uruguai, e, secundariamente, no Chile e no Paraguai. Então, a questão dos documentos foi um primeiro grande problema, mas gerou esforço e criatividade para tentar avançar mesmo sem ter esses documentos oficiais. E acabamos nos dando conta de que, na verdade, já havia material em grande quantidade para produzir conhecimento de boa qualidade.

Os sobreviventes e familiares nos ajudaram muito neste trabalho com seus testemunhos e acervos particulares. O acervo da luta contra a ditadura foi fundamental. Várias dissertações e teses saíram da consulta a esses arquivos. A documentação desse acervo possibilita até hoje muitas outras pesquisas, é um material que ainda não está esgotado. Outra coisa que nos ajudou foi o acesso a documentos em outros países, como Uruguai e Argentina. Além disso, os Estados Unidos abriram parte de seus documentos e aí ficou ridícula a manutenção de sigilo de certos documentos aqui no Brasil. O que eles têm, em realidade, é a resposta ou a carta-pergunta que era trocada com outros países, tudo isso em formato de rede em trabalho


que era coordenado pelas embaixadas norte-americanas na região. Então, era só uma questão de começar a cruzar essas informações.

Um segundo tipo de problema, para nós historiadores, foi começar a convencer os próprios pares de que trabalhar com essa temática era mais do que legítimo. Há uma tradição positivista de longa data que, na Europa, começou a ser enfrentada a partir da necessidade de explicar a Segunda Guerra Mundial para as gerações seguintes. Isso ocorreu conosco também. Outra questão que eu coloco para os meus alunos como uma dificuldade: eu me formei com uma geração de professores e trabalho com outros que têm uma perspectiva - embora isso não seja um consenso -, segundo a qual, sobre esses temas, somos historiadores que não anulamos nosso lado cidadão. Além da pesquisa a ser feita e da memória a ser resgatada, há uma questão de impunidade presente, de falta de conhecimento que não é por insuficiência de pesquisa, mas por uma questão política que envolve omissão, supressão de documentos. Nós não julgamos, mas nós produzimos um conhecimento que pode servir para que a sociedade se manifeste. Não queremos que as nossas pesquisas fiquem lacradas em uma biblioteca para uso exclusivo de historiadores.

Há ainda outra dificuldade presente principalmente para os estudantes mais jovens. Se os alunos vão trabalhar coletando entrevistas, com memória oral, com temas relacionados à repressão e seus efeitos, eles precisarão desenvolver uma série de sensibilidades que estão vinculadas à lógica científica da produção, mas que exigem muito cuidado com essa fonte sensível que é o depoente. É preciso deixá-lo à vontade para que conte tudo o que for possível. Por

outro lado, é preciso ver se os alunos estão em condições de ouvir o que vão escutar, porque, às vezes, essas coisas podem ser muito cruas. O estudante também tem que entender que não está ali para julgar. O entrevistado dá o depoimento que ele quiser. O que está sendo dito é a versão dele, que certamente passa pelo filtro da memória e que, em alguns casos, quando a pessoa tem algum destaque político, passa também por uma certa reorganização da fala. Leva algum tempo para adquirir a sensibilidade necessária a esse tipo de trabalho. O mais importante é que esses jovens pesquisadores se tornem militantes - no sentido mais positivo que essa palavra pode ter - do resgate da memória e da história de todo esse sistema de dominação, onde o aparato repressivo é uma parte fundamental. E esse aparato nos agride na medida em que ele, até hoje, não sofreu nenhum tipo de controle nem de revisão. Ele se mostra uma coisa tão injusta que chega a ser até ameaçador para qualquer estudante de história.

Adverso: Muito se fala sobre os arquivos da ditadura que ainda permanecem fechados. O que, de fato, falta abrir sobre esse período?

Padrós: Não é possível falar em termos de volume. O fato é que já existem muitos documentos liberados. É uma quantidade muito grande. Já há material de pesquisa para 20 ou 30 anos. O que está faltando concretamente é a abertura dos arquivos militares. Não existem arquivos militares. Bem ou mal, temos arquivos do DOPS em São Paulo e no Rio Grande do Sul, por exemplo. Mas não temos acesso ainda aos arquivos dos militares. Isso precisa ser aberto. 

Segmento reprova mudanças na Educação Profissional gaúcha



Daniel Jardim e Matheus Alves estão entre os que almejam formação técnica para ter uma alternativa de empregabilidade

Ao diluir o Ensino Profissional na estrutura geral da Secretaria Estadual da Educação (SEC), o governo gaúcho conseguiu uma unanimidade: críticas pesadas e questionamento sobre a eficiência do novo modelo de gestão e seu impacto na formação. A receita adotada pela SEC é um dos pilares da estratégia da integração do Ensino Técnico com o Médio. A alegação é que unindo pode-se melhorar o conjunto da obra. Para dirigentes de escolas públicas estaduais do segmento, de institutos federais e ex-gestores da área na secretaria, o ramo profissional sairá perdendo, justamente quando o mercado mais demanda mão de obra.

O primeiro ato para dar corpo ao projeto foi a extinção, na prática, da Superintendência do Ensino Profissionalizante (Suepro), que conduzia o segmento desde 1997 e era ligada à SEC. Isso ocorreu em março. Para acabar formalmente com o órgão, criado por lei, o governo terá de enviar um projeto à Assembleia Legislativa. Quando isso

irá ocorrer ainda está indefinido, informa a secretária-adjunta da Educação, Maria Eulalia Nascimento. Até março, Pedro Luiz Maboni era o titular da Suepro. Exonerado em abril, Maboni virou assessor, segundo ele, direcionado para o Ensino Técnico. A remuneração atrelada à figura do superintendente foi repassada a outro integrante da equipe de assessoria do secretário. “Dizer que ele virou assessor da área é papo furado. Misturam tudo e sustentam que fortalece”, protesta Lúcio Vieira, 2º vice-presidente da Adufrgs-Sindical e professor do campus Porto Alegre do Instituto Federal (IFRS), que chegou a dirigir a Suepro entre 2007 e 2009.

“Com o fim da estrutura da superintendência, o governo sinaliza que a educação profissional deixa de ser prioridade na política educacional”, reage Vieira. O superintendente, que atuou em parte do mandato da ex-governadora Yeda Crusius, sustenta que a aproximação entre os ensinos

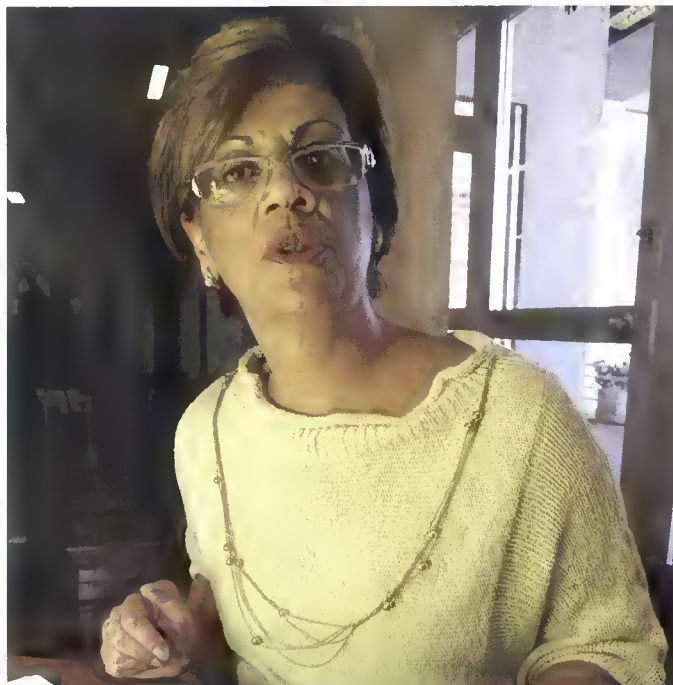
poderia ocorrer sem a fusão e diz que o modelo vai fragilizar “as boas escolas técnicas”. “O que precisa é qualificar currículo e professores e reequipar os estabelecimentos. Tudo foi muito improvisado”, lamenta. O diretor-geral do IFRS na Capital, Paulo Roberto Sangoi, considera a medida um retrocesso. “A educação profissional só teve expansão por que um órgão estava focado na gestão”, observa Sangoi, lembrando das mudanças que foram implementadas principalmente no Governo Lula, com secretaria específica para cuidar do segmento. “O ministro na época era o governador Tarso Genro. Hoje a educação técnica perde”, completa o diretor do Instituto. Outro alerta de Sangoi envolve o risco de se ampliar vagas e rede em áreas em que já há oferta.

A secretária-adjunta de Educação alega que havia muito descompasso na operação da Suepro. E aponta que a independência não garantiu mais cursos e desenvolvimento da área. “É aquela coisa Cazuza: tuas ideias não correspondem aos fatos”, diz Maria Eulália parafraseando a letra de uma das músicas do cantor. A colocação da dirigente é rebatida pelo superintendente do órgão no Governo Ri-

gestora. Lúcio Vieira contrapõe que a adesão foi baixa em todas as regiões devido a dificuldades de implementar.

“A Suepro era uma estrutura paralela na SEC, que só atendia seis escolas e sem autonomia, sempre esteve e continua submetida ao secretário”, argumenta Eulália. A intenção da atual gestão da SEC é acabar a concomitância de curso técnico e Médio em boa parte da rede profissionalizante (74 adotam o sistema), além de ampliar a modalidade para outros estabelecimentos. “Há casos de mesmo aluno com duas matrículas. Tudo desarticulado. É para este público que vamos oferecer ensino integrado”, antecipa a secretária-adjunta. Para isso, a carga horária será elevada de 2,4 mil horas para 3 mil. “O aluno sai com dois diplomas.” Na prática, a estrutura que antes tinha 23 servidores, incluindo direção geral, técnica e administrativa, desapareceu. O dia a dia ficou mais burocrático e de difícil acesso, lamenta o presidente da Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola (AGPTEA), Sergio Crestani. “Não se sabe das verbas. O clima é de incerteza. Antes sabíamos com quem conversar e conseguíamos rapidamente”, contrasta o dirigente da AGPTEA. A percepção ganha importância, pois vem do ramo das escolas que é considerado mais organizado e militante. Há 55 estabelecimentos de ensino agrícola no Rio Grande do Sul, 25 são estaduais. A lista de dificuldades inclui desde agendar reunião com o secretário Clóvis Azevedo, que foi o primeiro a assegurar que o tratamento não mudaria, à velha conhecida escassez de verbas. Crestani questiona o argumento do staff da SEC de que há mais recursos. “Eles acham que podem nos comprar com verba de R\$ 1,4 milhão. Há dinheiro do programa federal Brasil Profissionalizante que não foi usado, e agora?”, cobra Crestani. Maria Eulália Nascimento discorda e pergunta: “Quem tem maior peso para discutir mais verbas com a Fazenda - o secretário ou um superintendente?” Para a secretária, argumentos contrários mostram corporativismo e são pouco consistentes pedagogicamente. “A Suepro cumpriu seu papel, mas está superada”, finaliza Eulália.

O segmento está órfão, na opinião de Carmen Gonzalez Stralioetto de Andrade, diretora da Escola Parobé - um ícone do Estado, que sofre com sucateamento e demora na execução de obras. “O que mais indigna é que acabaram com a estrutura a quem nos dirigíamos. Estamos sem direção.” A professora, que atua no Parobé desde 1988, lamenta que a mudança tenha ocorrido sem nenhuma consulta às escolas e docentes e lembra que a criação da Suepro foi fruto de um movimento nacional para ter um órgão que falasse pelo setor. “Viemos de um período nos anos 1970 e 1980 de degradação das escolas, no qual muitas quebraram. A Suepro veio para dar referência”, argumenta. Carmen diz que diretores e demais equipes



Maria Eulália: “Havia descompasso na operação da Suepro”

gotto, o professor aposentado estadual e consultor Martim Saraiva Barboza. “Antes da Suepro, havia 7.982 alunos em escolas técnicas. Em 2009, passamos a mais de 32 mil, a maior parte em cursos subsequentes (após o aluno ter diploma de Ensino Médio).” Eulália lembra que Tarso, quando ministro, editou decreto em 2004 que abriu as portas para a integração entre Ensino Médio e Técnico. “Isso reorientou o País, mas o Estado ficou para trás”, critica a

foram surpreendidas com a decisão de extinguir órgão, justamente quando a educação profissional ganha cada vez mais espaço e recursos. “Ouvi justificativas de que o órgão foi criado por Fernando Henrique Cardoso. Mas isso foi efeito da LDB e de luta do setor”, contrapõe a diretora, que lamenta ainda a acusação de que a reação é corporativa e que a Suepro não fez diferença. “Isso é brincadeira, né?” Já a promessa de que haverá mais dinheiro, Carmen reage. “Sou como São Tomé. Quero ver para crer.” Segundo a diretora, as 151 escolas técnicas serão mais um grupo em meio a 3,5 mil dos demais níveis. Ela cobra reforço e qualificação do ensino nas existentes, com expansão de vagas onde há demanda. O próprio Parobé é exemplo. As seleções chegam a ter disputa por vagas em alguns cursos semelhante aos mais concorridos do Vestibular da Ufrgs.



Marcia diz que é preciso estudos para dimensionar a rede

Ao mesmo tempo, equipamentos usados na formação em áreas industriais datam do começo do século passado.

Pedro Luiz Maboni aponta como mérito da integração o fim da cultura que separou as duas formações e diz que só o tempo vai dizer se dará certo. Para Maboni, as preocupações são normais quando se muda um paradigma. “Já há melhoria na rede e estamos dando a atenção necessária”, defende-se o agora assessor técnico, que admite, porém, que um dos entraves para fazer obras - a carência de projetos - continua, pois não depende da SEC e sim de outras áreas do governo. Algumas fontes ouvidas relacionam a conduta da Secretaria a uma manobra para obter mais verbas de programas na área profissional. Ao incorporar cursos técnicos, muitas escolas poderiam se habilitar a mais verbas. O fim da Suepro gerou audiência na Assembleia Legislativa, que demarcou mais críticas ao governo, principalmente da base de oposição. Representantes de entidades ligadas ao setor entregaram uma nota oficial e um abaixo-assinado contra a extinção. A manifestação foi encaminhada ao governador. No debate, foi enfatizado que o melhor caminho seria reforçar a estrutura de ges-

tão, garantindo recursos, e não simplesmente extirpá-la da SEC.

Foco deveria ser Ensino Médio

Uma área que flagrantemente está com desempenho muito aquém ao mínimo desejado é o Ensino Médio. Dados mostram que a evasão é de 30%. Números da SEC apontam que 80 mil jovens estão fora do Ensino Médio. Em vez de mexer e alterar o funcionamento do Ensino Profissionalizante, dirigentes e especialistas entendem que o foco deveria ser a melhoria profunda do Ensino Médio. Há ainda a preocupação de que a expansão de vagas - a SEC quer ampliar em 50% - possa inchar segmentos técnicos em que já há oferta por institutos federais, pelas atuais escolas técnicas e mesmo pela rede privada. Marcia Amaral Correa de Moraes, diretora adjunta de ensino no campus POA do IFRS, observa que o modelo pode até ser positivo, mas avalia que a baixa qualidade do Ensino Médio é sentida no ingresso de alunos nos cursos técnicos. “Se tivesse de botar primeiro a mão, não seria no técnico”, comenta Marcia.

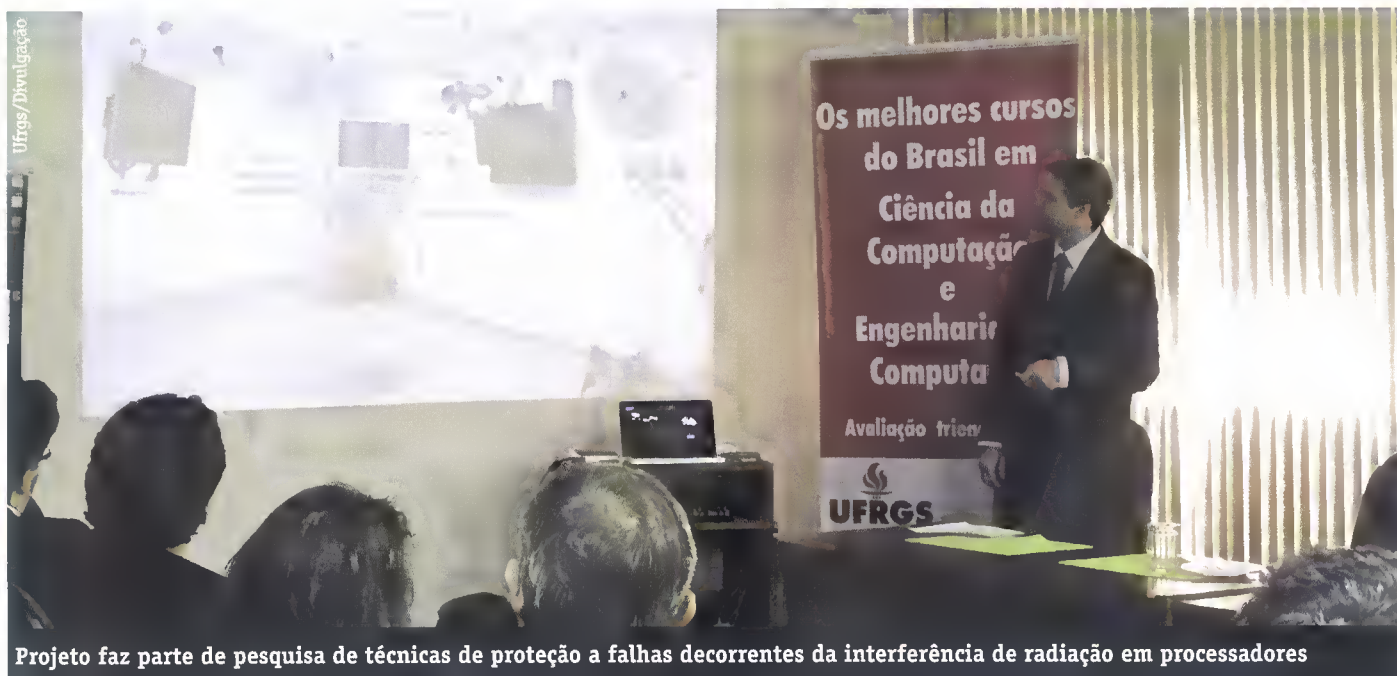
A diretora adjunta e o diretor-geral do campus da Capital Paulo Roberto Sangoi, ressaltam ainda que é preciso estudos para dimensionar a rede e que não se pode esquecer da demanda de candidatos à formação que já concluíram o Ensino Médio e querem fazer a formação técnica para ter uma alternativa de empregabilidade. Caso de jovens como Daniel Almeida Jardim e Matheus Alves, que fazem curso de técnico em informática. “Não sei se farei universidade, mas quero ter uma ocupação”, diz Alves. Sangoi cita que o crescimento dos institutos federais só ocorreu devido ao grande investimento desde 2004. A dúvida é o fôlego estadual. Não adianta só querer ampliar, previne o diretor do IFRS.

Martim Saraiva Barboza diz que o dualismo ensino profissionalizante e geral é antigo. “As estruturas mais democráticas são as escolas. Elas deveriam ter sido ouvidas nesta mudança. O equívoco é pensar que a SEC com sua falta de cultura em Ensino Profissional, com todas as demandas em outras áreas, terá expertise e agilidade para articular todos os setores envolvidos neste segmento”, critica Barboza. Ouvir as direções e professores atenderia, ressalta o consultor, respeitaria a própria aceitação do modelo antes da ideia da integração. “Pesquisa feita em 2010 mostrou que 85% das escolas estaduais queriam manter cursos desvinculados do Ensino Médio. E 78% responderam que a Suepro contribuiu para melhorar a educação no setor”, elenca Barboza. O ex-superintendente no governo Rigotto considera que a escassez de verbas - “inclusive para pagar o piso aos professores” - impede que se pulverize investimentos em toda a rede. ☞

Instituto de Informática apresenta chip para utilização no espaço

Desenvolvimento de Mobile site também está entre as novidades lançadas em paralelo ao projeto de ampliação da estrutura

por Michelle Rolante



Projeto faz parte de pesquisa de técnicas de proteção a falhas decorrentes da interferência de radiação em processadores

O diretor do Instituto de Informática da Ufrgs, Luís da Cunha Lamb, apresentou, em abril, ações para intensificar a internacionalização e os principais projetos de inovação tecnológica desenvolvidos dentro da instituição. Entre eles, o desenvolvimento do primeiro chip para utilização no espaço, o Mobile site e uma coleção de livros que será disponibilizada no formato e-book, além da ampliação da infraestrutura do espaço físico do Instituto.

Desenvolvido pelo Instituto de Informática em parceria com NSCAD Microeletrônica, o primeiro chip brasileiro para utilização no espaço é projeto coordenado pela professora Fernanda Kastensmidt, para desenvolver técnicas de proteção a falhas decorrentes da interferência de radiação e avaliar sua eficiência em processadores na área aeroespacial. Segundo ela, recentemente surgiu uma necessidade maior de realizar pesquisas de chips tolerantes a falhas no País, devido a embargos de importação de produtos fabricados no exterior com esta tecnologia. "A ideia é validar um piloto para abrir uma porta para novos projetos e chips com técnicas de tolerância a falhas provenientes de irradiação."

As técnicas foram desenvolvidas em processador aberto chamado mini-MIPS, com instruções reduzidas. O chip composto por dois processadores utiliza tecnologia para detectar falhas decorrentes desta interferência e corrigi-las automaticamente. Para que seja possível comparar os resultados na hora de testar o chip, um processador possui proteção contra radiação solar e o outro não. Satélites localizados no espaço sofrem um impacto mais direto de radiação. "No caso de atividade solar extrema, o aumento da taxa de erros dos componentes pode causar falhas e o objetivo dessas técnicas é solucionar esses problemas", explica Fernanda.

O NSCAD é um laboratório de pesquisa e desenvolvimento na área de circuitos integrados financiado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Esse projeto é financiado pela Agência Espacial Brasileira (AEB), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Futuramente esses chips poderão ser utilizados em nanosatélites, (satélites de pequeno porte). De acordo com César Reinbrecht, pesquisador da NSCAD, as técnicas vali-

dadas neste projeto podem ser utilizadas em qualquer outro estudo. O pesquisador ressalta que este é o primeiro passo para a independência tecnológica na área espacial no Brasil. “A fabricação tem tecnologia 100% brasileira.”

Outro projeto apresentado foi o Mobile site, voltado para dispositivos móveis como celulares e tablets. Para Lamb, o desenvolvimento do site demonstra que a Ufrgs é “um centro de competência na área de softwares voltados a dispositivos móveis”. “Somos a primeira faculdade de computação no Brasil a lançar um site na versão móvel, especificamente para utilização em celulares”, afirma. O benefício da inovação é contemplar o crescente número de usuários de smartphones que acessam a internet através da tecnologia 3G.

De acordo com a Anatel, este acesso obteve crescimento de 82%, com 27 milhões de usuários no período de julho de 2010 a junho de 2011. “Como esse crescimento é vertiginoso, talvez agora já sejam 40 milhões de usuários de smartphones com acesso a internet”, projeta o diretor. Também no Estado, a Ufrgs é a primeira universidade a apresentar portal Mobile. O projeto pretende garantir 100% de uso do seu conteúdo além da diminuição no fluxo de dados, visto que os planos de acesso à internet 3G no Brasil são caros e limitados.

Investimento em e-books

A série de livros didáticos lançada em 1997 pelo Instituto de Informática e financiada inicialmente pelo CNPq alcançou a marca de 100 mil cópias vendidas. Os livros foram adotados em várias universidades da área no País, além de serem citados como referência. “O próximo passo é disponibilizar o conteúdo em formato eletrônico (e-book). Tendo em vista o impacto que essa série de livros tem em todo ensino didático de computação deverá ter uma grande quantidade de acessos”, revela Luís Lamb. A praticidade também foi levada em consideração ao optar por tornar a série totalmente disponível em e-book.

Para continuar produzindo tecnologia de ponta, o diretor destaca a importância de ampliar a infraestrutura física do Instituto. “O novo projeto arquitetônico tem várias características comuns a prédios internacionais além de uma ampla área de acesso e circulação”, conta Lamb. Serão construídos dois prédios perpendiculares de cinco e seis pavimentos respectivamente. Um edifício acadêmico será voltado a pesquisas científicas, tecnológicas, ensino de graduação e pós-graduação e ensino internacionalizado. A estrutura será conectada diretamente ao outro prédio, onde ocorrerão atividades de interação com a sociedade, sejam de incubação, ou vinculadas ao Parque Tecnológico da Ufrgs.


Parte dos recursos para a construção do primeiro prédio já está assegurada. De acordo com o diretor, a Ufrgs cer-

tamente apoiará através do MEC ou do MCTI, mas o maior entrave deverá ser a liberação das licenças para obra junto à Prefeitura. “Esse processo é muito lento em Porto Alegre, a própria Universidade tem dificuldade em obter licenças para outros prédios, particularmente no Campus do Vale”, critica Lamb. Ele opina que “quem perde com esse processo é a cidade”, pois quanto melhor estruturada estiver a Universidade, melhor será a formação de seus alunos e mais investimentos serão realizados. Dentro do novo projeto de ampliação, o Instituto de Informática passará de 7,5 mil m² para 11,5 mil m², que serão distribuídos em quatro prédios. “Esse projeto permitirá um salto de infraestrutura muito qualificado para a área de tecnologia de informação e comunicação da Ufrgs.” O investimento total para o primeiro prédio será em torno de R\$ 4 milhões, sendo que parte desse valor o instituto já possui, com recursos arrecadados com a Petrobras e junto à Finep. Para o outro prédio, o investimento previsto será de R\$ 5 milhões.

Internacionalização do ensino

Dentro do planejamento estratégico do Instituto de Informática está a busca contínua pela excelência, tanto nos recursos humanos que são formados nos níveis de graduação e pós-graduação, quanto na pesquisa. A vice-diretora, Carla Maria Dal Sasso Freitas, destaca que, na prática, o processo de internacionalização vem sendo realizado desde o início do programa de pós-graduação. “Há 30 anos o Instituto fez os primeiros investimentos enviando professores para realizarem doutorado na área de microeletrônica no exterior. O programa vai completar 40 anos em 2013, para se ter ideia de todo investimento em pesquisas e formação de pós-graduados que vem sendo realizado”, destaca Carla. A vice-diretora também ressalta que o corpo docente é oriundo de diversos cursos de pós-graduação e que grande parte fez doutorado e pós-doutorado no exterior. Carla lembra que (todas) as gestões anteriores também pautaram sua ação com foco em inserir o Instituto de Informática no cenário brasileiro e mundial. “Não é um trabalho que se faz em uma só gestão.”

Devido ao grande incentivo que existe hoje no Brasil para internacionalização do ensino, o curso de computação também promove intercâmbios acadêmicos. E a tendência é que cada vez mais alunos participem de programas com dupla diplomação. “Essas iniciativas possibilitam uma grande visibilidade para o currículo e é o futuro da formação universitária no Brasil”, ressalta Lamb.

Segundo o diretor, o instituto tem uma grande inserção internacional na educação em computação, de forma geral. “Ao todo, 63 professores são pós-doutores (PhD) na área de computação de um total de 71 docentes que atuam no instituto”, declara. Ainda serão contratados oito novos professores com doutorado e pós-doutorado este ano. 

Os vilões ocultos da alimentação

Núcleo de Doenças Crônicas na Infância detecta aumento de casos de hipertensão em crianças

por Marco Aurélio Weissheimer



Você sabe quanto sal e açúcar seu filho ou sua filha está comendo? Sabe qual o risco de um cardápio infantil formado por bolachas recheadas, massas instantâneas, salgadinhos e refrigerante? Se não sabe, talvez seja a hora de começar a se preocupar seriamente com o assunto. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Doenças Crônicas na Infância, que funciona junto à Pró-Reitoria de Extensão da Ufrgs, a médica Noemia Perli Goldraich vem dedicando anos de pesquisa a esse tema e alerta: “Vejo cada vez mais crianças hipertensas do que via antes. Elas estão comendo muito sal”. Por trás dessa advertência, está uma luta inglória contra um inimigo poderoso: a aliança entre a indústria alimentícia e os conglomerados midiático-publicitários.

O Núcleo Interdisciplinar de Doenças Crônicas na Infância foi criado em 2009. Conforme explica Noemia, as chamadas doenças crônicas foram mudando de nome nas últimas décadas. Primeiro eram doenças crônicas não transmissíveis e, mais recentemente, a Organização Mundial da Saúde passou a chamá-las de doenças crônicas não comunicáveis. Essas patologias são hoje a principal causa de morte e de incapacitação no mundo. Em 2000, a ONU lançou os chamados Objetivos do Milênio, dos quais o Brasil é um dos signatários. Uma das propostas foi diminuir a prevalência das doenças crônicas, que são diretamente

relacionadas ao estilo de vida. Elas estão associadas à má alimentação, ao tabagismo, abuso de álcool e sedentarismo.

“As enfermidades crônicas são as doenças vasculares, cardiovasculares, diabetes, hipertensão e doença renal. Todas elas estão associadas a problemas de sobrepeso e obesidade. Tratá-las é muito complicado. Por isso, é importante ir lá para trás e ver onde podemos ser efetivos. Na verdade, esse período é a infância, entre zero e dois anos de idade, quando se formam os hábitos alimentares. Depois disso, a partir dos dois ou três anos, se a criança se torna obesa ou já tem sobrepeso, é preciso reverter esta situação. Então, o momento de atuar é no período da creche e, mais para trás ainda, inclusive na vida intrauterina”, relata a médica, que é doutora em Nefrologia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), pós-doutora em Nefrologia Pediátrica pela Universidade de Londres, professora-associada do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Ufrgs, nefrologista pediátrica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Doenças Crônicas na Infância da Pró-Reitoria de Extensão da Ufrgs.

Sobrepeso e obesidade na infância

Antes do Núcleo de Doenças Crônicas na Infância ser



A professora Noemia Goldraich alerta que as crianças de hoje estão comendo uma quantidade maior de sal

formado, já era desenvolvido um trabalho desta natureza na creche da Ufrgs. “Nós aproveitamos uma grande greve que ocorreu em 2002 ou 2003 para fazer, com os nossos alunos, um trabalho de extensão na creche. Olhávamos para as crianças de lá e achávamos que eles eram um pouquinho mais gordinhos, mas não quantificávamos essa percepção. Em 2004, nós decidimos pesar, medir, fazer índice de massa corporal e medir pressão. A nossa sensação estava correta. Os resultados mostraram que tínhamos entre 40% e 50% de sobrepeso e obesidade na creche da Ufrgs. Naquela época não se falava muito disso e o pessoal ficou assustado com os resultados. Nós decidimos então ampliar esse levantamento para o Instituto de Educação, que é uma escola pública que recebe crianças de 37 dos 68 bairros de Porto Alegre, em turno parcial, fornecendo uma amostra bem representativa da cidade. Lá detectamos índices de sobrepeso e obesidade na casa dos 37% a 38%, um pouco menos que os da creche, mas um número preocupante também”, recorda Noemia.

A partir desses levantamentos surgiu uma preocupação relacionada ao conjunto da população de Porto Alegre. Noemia Goldraich e a professora Sonia Slavutzky, da Odontologia da Ufrgs, começaram a pensar na ideia de aprofundar o trabalho sobre prevenção de doenças crônicas, reunindo mais unidades e profissionais da Universidade. Elas identificaram ainda outro tema fundamental associado a este: a publicidade dirigida para crianças. Daí

surgiram as duas áreas de atuação do Núcleo: Criança e Consumo e Prevenção nas Escolas. Em 2009 e 2011, as atividades incluíram seminários sobre criança e consumo, reunindo profissionais das áreas da saúde, da comunicação, da educação e também do Ministério Público. No último dia 14 de abril, foi realizado o congresso Universidades e Escolas: Um Novo Olhar para a Saúde Infantil. Um dos temas centrais do encontro foi o atual padrão de alimentação e os problemas de saúde que vêm surgindo em função da presença exagerada de sal, açúcar e gordura no cardápio das crianças.

Atualmente, o Núcleo está fechando um convênio com a Prefeitura de Porto Alegre para realizar uma avaliação em todas as crianças das 37 escolas da rede municipal e creches de educação infantil. Ao todo, serão avaliadas 5.700 estudantes da Capital. Essa avaliação será feita por meio de um questionário que procura avaliar fatores de risco genéticos, erros alimentares e nível de sedentarismo.

A coordenadora do Núcleo identifica alguns dos vilões que compõem o cardápio infantil hoje: “A massa instantânea é um horror. Os bebês já estão comendo o chamado miojinho”. Um pacote desse tipo de massa pode ter 8 gramas de sal. O problema é ter muito sal e gordura, pois é pré-frita, mesmo quando ingerida sem qualquer tempero, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), responsável por um trabalho que já mediu a



quantidade de sal em diversos produtos. Para se ter ideia, o recomendado para um adulto é comer 5 gramas de sal por dia, o que equivale a uma colher de chá. “Nós já ingerimos sal em praticamente tudo o que comemos, além daquele que colocamos na comida. O resultado disso é que a quantidade média de consumo de sal do brasileiro hoje é de 11 gramas, mais de duas vezes o recomendado. Uma criança entre três e oito anos de idade pode comer apenas o equivalente a meia colher de chá. Se comer um pacote desta massa instantânea, já estará consumindo o dobro de sua quota diária de sal, entre massa e algum tempero”.

Dieta equivocada

E os problemas não se esgotam na aparentemente inocente massa instantânea. Salgadinhos, bolachas recheadas, doces, e refrigerantes também contribuem para a dieta equivocada de milhões de crianças. “O refrigerante que tem mais sal é o guaraná diet. Quase ninguém sabe disso”, diz ainda a doutora Noemia. “O sal e o açúcar são vilões ocultos da nossa alimentação. Por exemplo, as pessoas não se dão conta de que tem sal na bolacha recheada. A maioria das pessoas se perde no consumo de produtos como salgadinho, sopa de pacotinho, temperos como caldo de carne, e de galinha (um tabletinho tem cerca de 2,5 gramas de sal).” E há elementos perversos na informação fornecida ao consumidor. Os rótulos indicam, por exemplo, quantas miligramas de sódio tem o produto. O problema é que a maioria das pessoas não sabe o que são miligramas de sódio e muito menos que 400 miligramas de sódio equivalem a uma grama de sal.

De 26 de março a 1º de abril ocorreu a semana mundial de conscientização sobre o sal. No metrô de Nova York foram colocados cartazes em inglês e espanhol pedindo que as pessoas diminuam o consumo de sal para reduzir problemas de pressão e o risco de acidentes vasculares cerebrais, e estimulando os consumidores a consultar o rótulo para ver quanto sal tem cada produto. Na Inglaterra, ocorreu a mesma coisa. Já aqui no Brasil a data passou em branco. “A Anvisa fez esse estudo maravilhoso que circula sabe-se lá por onde. Depois chamou a indústria, que aceitou reduzir voluntariamente 10% do conteúdo de sal no pão francês feito em padarias. Agora, as grandes marcas de refrigerantes as grandes indústrias não irão fazer nada. O padeiro da esquina terá que reduzir 10%. E o resto?” – , alfineta Noemia.

No Brasil, cerca de 75% do sal consumido vem daquele que agregamos nos alimentos na hora de cozinhar. Nos Estados Unidos, a maior parte está nos produtos já industrializados. A maioria da população brasileira ainda cozinha em casa, mas, na medida em que se vai elevando a classe social, aumenta a compra de produtos industri-

zados. “A situação das classes mais abastadas é pior, pois compram mais porcarias”, resume a coordenadora do núcleo da Ufrgs. No outro extremo, surgiu um problema novo com a implementação do Bolsa Família. “O pessoal quer dar para as crianças aquilo que não tiveram antes, como salgadinhos, refrigerantes e bolachinhas recheadas. Nós estamos atravessando um período que chamamos de transição nutricional. Uma parcela expressiva da população que não tinha acesso à proteína agora está recebendo um monte de sal, açúcar e gordura sem ter uma base proteica



Projeto do Núcleo prevê avaliação médica de crianças das escolas da rede municipal

forte. Essas crianças estão ficando obesas sem alcançar a altura que precisavam alcançar”.

O lucro contra a vida

Há espaço para a redução da quantidade de sal nos alimentos industrializados, destaca Noemia Goldraich, mas as indústrias resistem em adotar essa medida. Ela identifica uma lógica perversa na base dessa resistência: “Historicamente, o sal foi usado para conservar os alimentos, como no caso do charque, por exemplo. Se olharmos os iogurtes, antes eles duravam uma semana, hoje duram dois meses. Todos os conservantes têm sódio. Qual é o interesse disso? Lucro. Não tem nada a ver com a saúde das pessoas. Colocando-se mais sal nos produtos, as pessoas vão tomar mais líquidos, mais água e, principalmente, re-



Em 2004 foi feita uma avaliação com alunos na creche da Ufrgs, onde foi detectado sobrepeso e obesidade das crianças

frigerante e cerveja. Isso aumenta a pressão e as pessoas passam a tomar mais remédio para a pressão. Todas essas indústrias (farmacêutica e de alimentos, em especial) acabam se entrelaçando num grande conglomerado. E o objetivo é, repito, o lucro, elas não estão nem um pouco preocupadas com a saúde das pessoas.”

Essa lógica engole as pessoas desde a tenra infância, prossegue a médica. “O que as crianças estão comendo no primeiro ano de vida? Danoninho aos montes e bolacha recheada (80% das crianças brasileiras estão consumindo esse produto no primeiro ano de vida). Não tem que comer bolacha no primeiro ano de vida. O que uma criança tem que comer nesta fase é leite, papinha de frutas, sopinha de vegetais, tudo sem sal nem açúcar. Há uma desinformação muito grande sobre isso. Além disso, há uma forte pressão publicitária agindo diariamente sobre as famílias. Lembro de uma propaganda da Danone que primeiro usou um pediatra e depois passou a usar uma nutricionista. E o produto em questão nem é um iogurte, mas sim um “queijinho”, que tem menos cálcio do que qualquer iogurte. Além disso, tem gelatina, creme de leite, açúcar. É muito mais doce do que qualquer outro produto, o que vai fidelizar a criança que não vai querer um iogurte natural, mas aquela coisa que é mais doce e gordurosa.”

Vínculo das empresas com a classe médica

Há um outro problema adicional, observa Noemia, que é o vínculo de empresas como a Nestlé com a classe médica. “Os congressos de pediatria são praticamente financiados pela Nestlé Nutrition. O mesmo ocorre com as nutricionistas. É uma coisa muito misturada. O último congresso de pediatria em que participei, realizado em Goiânia, foi a gota d’água. Não vou mais. Você não consegue gastar um centavo. Eles te buscam no aeroporto, te colocam no hotel, o frigobar é lotado de produtos só da Nestlé. É uma coisa muito agressiva”.

Enfrentar a aliança entre indústria alimentícia e o setor da publicidade é uma tarefa hercúlea. “É horrível”, resume ela. “Há alguns anos, em um seminário sobre criança e consumo, fizemos uma oficina e convidamos um publicitário para fazer parte da mesa. Ele ficou muito indignado e perguntou: o chuchu vai pagar algo para mim?”. É claro que não. Alguém, por acaso já viu propaganda de chuchu?

Essa aliança vem atingindo requintes de perversidade. Uma de suas tendências mais recentes é fazer propaganda de alimentação saudável. Cadeias de fast-food estão fazendo esse tipo de propaganda. Marcas de cerveja fazem propaganda de esporte. “É uma incoerência total e absoluta.”

LACVet da Ufrgs é cenário para solidariedade animal

Cães e gatos salvam vidas doando sangue para pacientes de hospitais e clínicas veterinárias

por Ana Esteves



Fotos: Ufrgs/Divulgação

Laboratório de Análises Clínicas Veterinárias da Ufrgs mantém projeto junto à Pró-Reitoria de Extensão

Doar sangue é doar vida. Essa máxima não vale apenas para os humanos, mas para os bichos também. Em função disso, e da grande demanda por sangue e seus componentes para hemoterapia, o Laboratório de Análises Clínicas Veterinárias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LACVet-Ufrgs) mantém, junto à Pró-reitoria de Extensão, a ação Pets que Salvam - Programa de Cães e Gatos Doadores de Sangue. A médica veterinária coordenadora do programa, Luciana Lacerda, diz que a importância da doação está em auxiliar no tratamento de outros cães ou gatos que sejam acometidos de doenças que costumam ser tra-

tadas a partir da transfusão. "Isso inclui todas as doenças que levem à diminuição dos componentes do sangue. Um acidente que resulte em hemorragia, uma anemia por uma doença crônica ou por agente infeccioso, uma doença genética que leve à diminuição de fatores de coagulação, ou uma intoxicação por alguma droga que afete a medula óssea e que ocasione baixa produção dos componentes do sangue", explica a especialista. Nesses casos, o tratamento é feito com a transfusão dos chamados hemocomponentes como células vermelhas, plaquetas e plasma.

O programa funciona da seguinte maneira: cães e gatos

adultos, clinicamente saudáveis e de temperamento calmo passam por uma avaliação clínica e laboratorial gratuita. Se os animais estiverem aptos (com os exames dentro da conformidade para a espécie) podem ser cadastrados e se tornarem doadores de sangue para os pacientes atendidos no Hospital de Clínicas Veterinárias e outras clínicas veterinárias de Porto Alegre e Região Metropolitana.

Luciana explica que entre os pré-requisitos para que um animal seja doador estão peso e condição corporal, idade e temperamento. “Os doadores devem pesar mais de 28 kg, no caso de cães, e acima de 4 kg, no caso de gatos; precisam ter entre um e oito anos de idade, possuir condição corporal adequada, não podem ter sofrido procedimentos cirúrgicos recentes e nem estar sob tratamento medicamentoso (com exceção de vermífugos e ectoparasiticidas), a fêmea não pode estar prenhe e é fundamental que os doadores sejam dóceis”, diz a especialista.

É realizado ainda um questionário com proprietário e exame clínico completo do animal que inclui avaliação das frequências cardíaca e respiratória, tempo de preenchimento capilar, coloração de mucosas, temperatura retal, palpação de linfonodos e exame externo de pêlos e pele. Além disso, os animais participantes deverão estar em dia com as vacinas para as principais doenças infecciosas para cães (Cinomose, Adenovírus Tipo 2, Coronavírus, Parainfluenza, Parvovirose, Leptospirose e Raiva) e para gatos (Calicivirose, Rinotraqueíte, Panleucopenia, Clamidiose e Raiva). Os doadores também devem ser vermifugados regularmente. “Dessa forma o programa, criado oficialmente

lar e feita posteriormente a limpeza do local. “O peso da bolsa de sangue é avaliado durante todo o procedimento. O sangue desce por gravidade até a bolsa que está sob o homogeneizador automático, que avalia o volume do sangue coletado e realiza a mistura do mesmo com o anticoagulante da bolsa. Ao atingir 450 mL, o processo é interrompido. O cão que pesa acima de 28 kg pode doar de 16mL a 18mL/kg. Uma bandagem autoadesiva é colocada ao redor do pescoço do doador, para garantir a segurança e não contaminação do local puncionado”, explica a veterinária. Os cães não são sedados.

Já para a coleta em gatos, devido ao comportamento dos felinos, o animal deve ser sedado (com autorização escrita do proprietário) e posicionado em decúbito ventral. A bolsa utilizada em gatos é diferente, possui uma menor capacidade (até 100 mL) e a agulha possui menor calibre. O peso da bolsa de sangue é avaliado durante todo o procedimento e o volume de sangue doado é de 11mL a 13 mL/kg.

Os cães e gatos podem doar sangue a cada dois meses, mas sempre são realizados exames antes do procedimento, para garantir a segurança do doador. “Se a pessoa tiver mais de quatro cães dentro do perfil e residir em Porto Alegre, nossa equipe pode fazer uma visita e coletar na casa do proprietário. O procedimento de avaliação do animal deve ser agendado com a equipe do programa, seja ele na residência ou no LACVet”, diz Luciana.

Pitbulls entre os mais dóceis na hora da doação

Os cães da raça Pitbull costumam ser os preferidos na hora de doar sangue, principalmente pela sua docilidade. “A minha experiência com cães desta raça é muito boa. Dentro do programa, já coletamos amostras de mais de 600 cães e os Pitbulls sempre foram muito dóceis e muito calmos, nunca eu ou algum membro da equipe foi ameaçado por qualquer cão desta ou outra raça participante do programa. Gosto muito dos Pitbulls e acho que são grandes heróis, especialmente quando doam sangue”, afirma Luciana Lacerda. Essa realidade, vivida rotineiramente pelos médicos do Hospital Veterinário da Ufrgs, comprova mais uma vez, que esses animais, se criados de forma adequada, agem como qualquer outro cão: de forma amigável e carinhosa. O presidente da Associação Brasileira dos Adestadores de Cães (Abrasc), Edison Vieira, diz que a culpa pela agressividade deve ser atribuída à falta de conhecimento dos criadores. “O Pitbull que ataca não é tão agressivo por natureza. A pessoa é que estimula o cachorro à agressividade”, pondera Vieira.

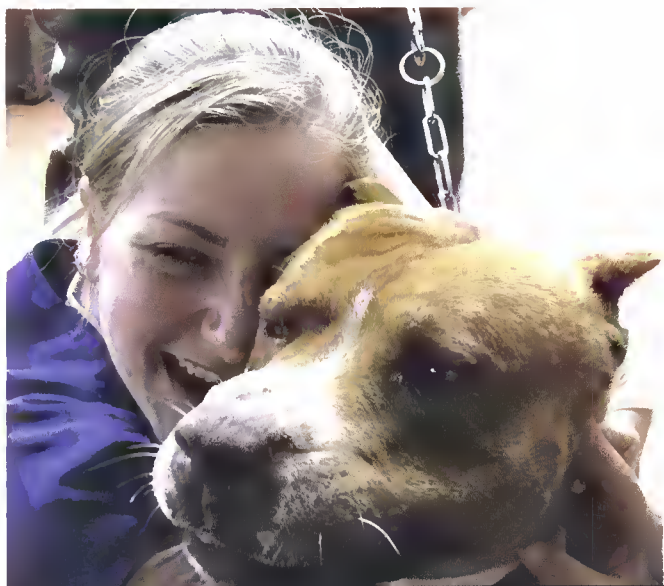
Além do Pitbull, outras raças muito indicadas pra doação são Boxer, Dogue Alemão, Dogo Argentino, Cane Corso, Rottweiler, Pastor Alemão, São Bernardo, Golden Retriever, Labrador, Akita, Malamute, American PittBull



Para manter qualidade do banco de sangue, equipe avalia saúde dos doadores através de uma série de exames

em 2005, permite grandes benefícios também para os doadores, com um acompanhamento clínico e laboratorial, o que incentiva e facilita a manutenção da saúde dos cadastrados no programa”, pontua Luciana.

A veterinária explica que, para realizar a coleta em cães, o animal é posicionado em decúbito lateral (deitado de lado). É solicitado, então, que o proprietário auxilie na contenção, juntamente com a equipe, e acompanhe todo o processo de doação. É realizada a retirada de pelos da região lateral do pescoço, por onde passa a veia jugu-



No rol dos mais tranquilos, cão da raça Pitbull é um dos animais doadores no banco de sangue do LACvet

Terrier, American Staffordshire Terrier, Cimarron, Dogue de Bordeaux, Dobermann, Fila Brasileiro e até os sem raça definida (SRD). Também são comuns doadores de outras espécies: além dos gatos, lhamas, tigres, aves, vacas, cavalos, cabras e ovelhas.

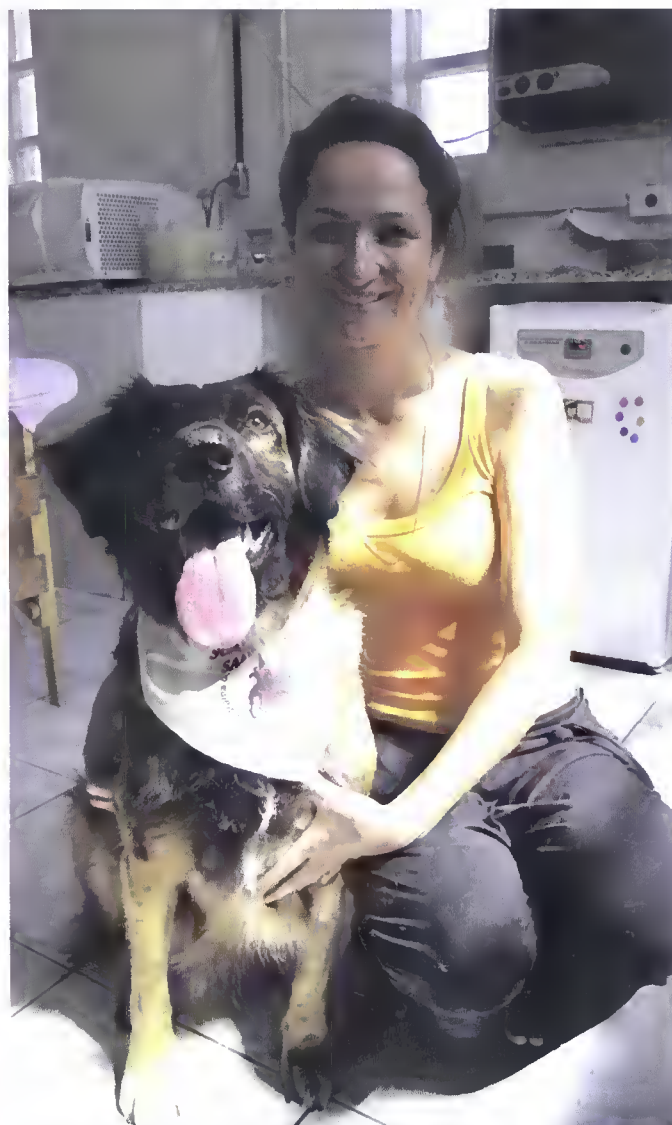
Um cãozinho salva-vidas

O nome dele é Lucky, adjetivo inglês que significa sorte. Mas sorte mesmo têm os animais que podem contar com a solidariedade deste grande amigo. Lucky é um dos cães voluntários para doação de sangue, que volta e meia é chamado para ajudar no tratamento e mesmo salvar vidas de seus companheiros de espécie. "O Lucky já fez três doações. Ele é um SRD, macho, castrado e hoje tem aproximadamente seis anos. Foi adotado na praia, quando tinha uns seis meses de vida. Pesa quase 40Kg e é extremamente dócil, o que é requisito para ser um doador", conta a proprietária do cão, Lívia Surita. Para ela, as pessoas devem ter consciência da importância de um bicho doador, e não dar valor somente no momento em que estiverem do outro lado, necessitando de uma transfusão para seus animais.

"A agilidade no tratamento pode fazer toda a diferença, por isso é fundamental um banco de sangue. Então, se

temos um animal em condições de ser um doador, por que não colaborar?", opina Lívia. Ela conta que Lucky participa do projeto desde 2009 e que os procedimentos deste processo são simples. "Inicialmente é feita uma coleta de sangue para exames. Se estiver tudo certo, aí sim é feita coleta da bolsa de doação de sangue. O animal é colocado em uma mesa, onde o fazem deitar, e tem respiração e frequência cardíaca monitorada pela equipe médica."

A coleta é rápida, deve durar no máximo 15 minutos. "O dono acompanha todo o procedimento, para deixar o cão tranquilo, e a equipe toda fica ao redor dele fazendo carinho. Então, ele adora, é bastante paparicado e ainda por cima ganha ração pastosa após a doação. Lucky nunca teve reação ao procedimento e retorna feliz ao laboratório". Lívia que é estudante de Medicina Veterinária na Ufrgs conta que, antes de entrar na faculdade não tinha ideia que cães também poderiam ser doadores de sangue. "Achei muito interessante o projeto, pois além de ajudar no tratamento de outros animais tu acabas tendo um acompanhamento clínico de teu animal de estimação." 🐾



O cão Lucky e sua proprietária, Lívia, participam do projeto



Para um pet ser voluntário, entre em contato com o LACvet pelos telefones: (51) 3308-8033 e 3308-8034 e-mail: favet_lacvet@ufrgs.br

IFRS trabalha no desenvolvimento de associações e cooperativas

Incubadora Tecno-social busca fortalecer empreendimentos de economia solidária

por **Araldo Neto**



Projeto da Cadeia Produtiva do PET integra recicladores da Região Metropolitana de Porto Alegre

A economia solidária vem se apresentando nos últimos anos como uma alternativa eficaz de geração de trabalho e renda, colaborando em favor da inclusão social. Nesse sentido, várias instituições espalhadas pelo Brasil vêm contribuindo com a transformação social de muitas comunidades. Uma delas é o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), que dá os primeiros passos de sua Incubadora Tecno-Social.

Sediada no Campus Porto Alegre, a incubadora tem como objetivo desenvolver e fortalecer projetos de geração de renda e trabalho. Dentro deles, a constituição de cooperativas ou associações que estão dentro do princípio de economia solidária. A coordenação da incubadora está a cargo do professor Duílio Castro Miles. Para ele, uma das características das atividades ligadas à economia solidária é a necessidade de articulação. “Difícilmente os institutos ou qualquer outra entidade apresentam todas as habilidades e recursos necessários para os empreendimentos de

cunho social. Há uma necessidade de articulação de várias instituições que militam no campo social,” afirma.

Mesmo no primeiro ano de atuação, a Incubadora Tecno-social já está envolvida diretamente em um projeto. Trata-se do Ponto Popular de Trabalho, que visa potencializar negócios em fase inicial e que precisam de um aporte técnico e educacional. São três iniciativas incipientes, envolvendo uma pequena panificadora, uma equipe de costureiras e uma horta comunitária. Atualmente, dez pessoas dão apoio ao projeto, orientando os pequenos empreendedores. Cerca de 60 profissionais são beneficiados nos três empreendimentos. O Ponto Popular de Trabalho é desenvolvido em Canoas, em um local cedido pelo Município. Atuam no projeto os Campus Porto Alegre e Restinga do IFRS, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), a prefeitura de Canoas e o Movimento de Trabalhadores Desempregados.

No caso da panificadora, por exemplo, o trabalho da

incubadora está focado em ampliar o volume de produção, angariar novos produtos e auxiliar na distribuição junto à comunidade. De acordo com o professor Miles, o empreendimento é constituído por mulheres que estavam desempregadas anteriormente. “Elas não viam outra possibilidade, a não ser desenvolver um negócio a partir de suas próprias habilidades. Nosso trabalho é fazer que este grupo de mulheres consiga gerar renda para si e desenvolva uma função econômica para a sociedade” pontua. Instituições parceiras estão levando a esse grupo o desenvolvimento de habilidades para viabilizar a constituição legal do empreendimento na forma de associação ou cooperativa. O objetivo é que o grupo possa se auto-sustentar, mas esta “é uma questão que ainda vai levar alguns anos”, observa o coordenador da Tecno-social.

Em 2012, a incubadora projeta trabalhar com jovens da Fase, que, segundo o coordenador, deverão receber inicialmente um programa de capacitação enquanto estiverem internados. Ao mesmo tempo, o projeto irá trabalhar com as comunidades de origem dos participantes, com o objetivo de estimular e fortalecer o surgimento de empreendimentos de economia solidária nestes locais. Desta forma, no momento em que os jovens infratores retornarem para suas comunidades irão encontrar atividades de trabalho e geração de renda para seguirem suas vidas dignamente. “Caso não tenham oportunidades, fatalmente eles irão voltar a cometer algum tipo de delito e irão voltar a reincidir em pena de privação de liberdade”, justifica Miles.

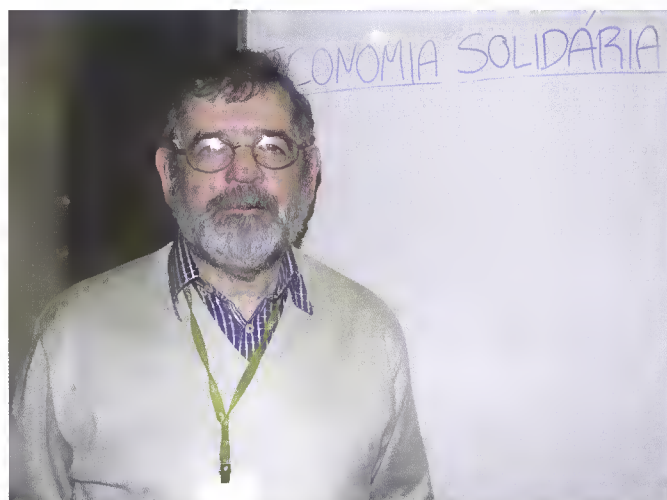
Brasil tem mais de 80 incubadoras sociais

O desenvolvimento da incubadora Tecno-Social do IFRS, Campus Porto Alegre, só foi possível através da li-

Serviço:

Mais informações sobre a Incubadora podem ser obtidas através do e-mail incubadora.tecno-social@poa.ifrs.edu.br ou pelo telefone (51) 3930.6046

beração de recursos pelo Ministério da Educação (MEC) ocorrido no ano passado. O investimento gira em torno de R\$ 150 mil, para custos com o programa de capacitação, a instalação de equipamentos e mobiliários e também para as demais despesas do projeto. Dentro do Instituto Federal existem apenas duas incubadoras sociais: uma em Salvador, na Bahia, e outra em Porto Alegre. “Institutos têm como finalidade se inserir dentro da comunidade que estão. Como o IFRS está presente em todo o Estado, essa



“As incubadoras se enquadram no espírito e na finalidade dos Institutos”, diz Miles

condição será fundamental para desenvolver projetos com características locais. Por isso, as incubadoras se enquadram no espírito e na finalidade dos Institutos”, diz Miles. Segundo ele, apenas no Rio Grande do Sul existem mais de 2 mil empreendimentos em economia solidária.

Em maio, o IFRS Campus Porto Alegre iniciou o primeiro curso de capacitação em economia solidária e processos de incubagem. Cerca de 30 alunos participam das aulas. O programa, dividido em quatro módulos, visa capacitar os participantes para compreender o conceito e as práticas da economia solidária. Os alunos ainda são orientados sobre a gestão dos empreendimentos, metodologias de incubagem e formas de intervenção e atuação das incubadoras. Com esses conhecimentos, o participante desenvolve as competências necessárias para instrumentar a equipe que ficará responsável pela execução das finalidades da Incubadora Tecno-Social. “Tanto o público interno, quanto o externo estarão vinculados ao programa de capacitação. O principal objetivo é desenvolvimento da metodologia, pois a mesma irá nos permitir ter efetividade em campo. Depois, fazemos um trabalho sabendo onde queremos chegar e a forma adequada para alcançar este objetivo”, informa o coordenador.

O programa de capacitação terá carga horária específica para supervisionar o desempenho das equipes já no início de incubação dos projetos em economia solidária. A tarefa pode ser de gerar um projeto desde a sua origem, como também fortalecer projetos que já existam dentro das comunidades envolvidas. De acordo com o professor Miles, a instituição pretende, em um segundo momento, criar um braço para incubar empreendimentos de base tecnológica. “Na medida em que o projeto avance, outros institutos deverão incorporar essa área de incubação de projetos e, com certeza, a economia solidária, como um todo, irá começar a ter uma representatividade bem maior no conjunto da comunidade.”

Ufrgs encara suas diferenças

Comissão de revisão das cotas deve avaliar todos aspectos do sistema adotado

por **Patrícia Comunello**



Dinamara da Silva Prates afirma que sem o sistema de cotas não teria conseguido vaga no curso de Ciências Contábeis da Ufrgs

A revisão do programa de cotas no Vestibular para alunos de escolas públicas e os autodeclarados negros está colocando o modelo adotado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) no divã. O ritual cumpre regra prevista na estreia do programa de Ações Afirmativas, em vigor desde 2007, e confrontará posições entre críticos ao sistema e quem aposta em sua ampliação. A recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) considerando constitucional a iniciativa julgando uma ação movida por um estudante gaúcho que ficou sem vaga, virou um antídoto e deve garantir que o processo dificilmente tenha volta.

No rol de mudanças que poderão chegar às mãos do Conselho Universitário (Consun), são esperados desde o aumento da fatia dos atuais 30% das vagas para cotistas até 50%, restrição no conceito de escola pública para acessar o programa (excluindo, por exemplo, colégios que têm seleção para as vagas), ampliação para segmentos como o comunitário, e até a flexibilização no acesso à cota de autodeclarados negros, como permitir que estudantes oriundos de estabelecimentos privados possam se candidatar à reserva. Processo marcado por atritos no

passado, quando movimentos se formaram contrários à segmentação, agora as manifestações ficam mais restritas a redes sociais e críticos do modelo preferem apresentar medidas para “melhorar” o sistema. O julgamento na corte universitária deve ocorrer até julho. O programa também abrange indígenas, que seguem regras de seleção extra-vestibular.

O professor José Vicente Tavares, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Ufrgs, coordena a comissão de revisão das cotas e promete mergulhar em todos os aspectos envolvidos no tema, desde a seleção até o desempenho dos escolhidos. Tavares elencou diversas instituições e organizações, tanto da comunidade universitária como da externa, para colher as percepções sobre o modelo escolhido há cinco anos. “O relatório seguirá critérios empíricos bem embasados e mostrará uma visão das cotas a ser submetida ao julgamento do Consun”, assegura o coordenador. Tavares acrescenta que até as condições de permanência dos beneficiados pelo sistema serão examinadas. Nesta área, representantes de universitários, incluindo do Diretório Central de Estudantes (DCE), têm





Regis Coimbra, fundador do MEL, opina que umas das falhas do sistema é não priorizar critério social

apontado limitações no acesso a modalidades para fixar ou mesmo incluir os cotistas no mundo acadêmico. “Nossa missão é avaliar esta política. Daremos nossa melhor contribuição”, adianta Tavares, que encara a decisão do STF como ratificadora da receita da maior universidade gaúcha.

A pró-reitora de Graduação da Ufrgs e presidente da Comissão de Avaliação do programa de Ações Afirmativas, Valquíria Linck Bassani, é a principal fonte de informações da comissão, e desde o começo do ano colocou sua equipe a garimpar números e avaliações estatísticas sobre o andamento do programa. Um dos ingredientes que merecerá atenção especial é a dificuldade em preencher todas as vagas predestinadas aos cotistas negros. A situação foi amenizada com a mudança no critério de corte para correção de redações, aplicado no concurso deste ano. Com isso, a performance dobrou nos cursos de maior densidade de candidatos por vaga. De uma fatia de 8,35% das vagas de 2011, os inscritos classificados no grupo de elite, saltaram para quase 15%. “Pela primeira vez, ocupa-se o percentual das vagas reservadas a este grupo”, salienta Paula Agliardi, integrante do Fórum de Ações Afirmativas, que reúne estudantes de diversas graduações da Ufrgs.

Mas na contabilidade geral, os negros ainda mantêm 11,4% das vagas da reserva. Quando não alcançam o teto, a sobra é repartida entre cotistas de escolas públicas. Paula lembra que a alteração no critério era solicitada desde 2008, e com a nova fórmula de computar desempenhos, pela primeira vez haverá 21 negros no ingresso no curso de Medicina. O efeito gerou queixas e acendeu a ira de opositores na sociedade, uma vez que acabou deixando de fora muitos candidatos bem ranqueados no acesso universal. Redes sociais foram o principal palco de manifestações. Temendo uma reação interna quando o grupo dos 21 entrar no campus, a estudante Dinamara da Silva Prates, que integra o Fórum de Ações Afirmativas e o GT do DCE sobre as cotas, informa que está sendo programada uma recepção especial. “Vamos dar todo o apoio e mostrar que eles serão aceitos, mas que terão de enfrentar a realidade

de preconceito. Minha mãe diz: entrar como cotista é pisar no calo de muita gente”, resume a jovem, que é cotista racial. Segundo Dinamara, há muitos casos de desistência de alunos, entre negros e indígenas, que denunciam racismo e segregação, além de encontrar dificuldades para se manter, pois precisam trabalhar e não conseguem conciliar as aulas.

Este último fato é admitido até por quem foi contrário ao programa. Um dos fundadores do Movimento Estudantil Liberdade (MEL), o advogado e estudante do curso de Dança, Regis Antônio Coimbra, aponta que uma das falhas do sistema é não colocar o critério social acima dos demais. Segundo Coimbra, frequentar escola pública não deveria ser única condição. “Escola pública é um saco de gatos. Há muito colégio bom e os candidatos acabam sendo favorecidos”, cita o fundador do MEL. Na revisão do sistema, Coimbra diz que se rendeu e não fará nenhuma oposição. “Estou cansado de bater contra a parede. Se quiserem fazer bobagem que façam, depois discutiremos os custos sociais”, arremata o advogado.

Mudanças à vista

A pró-reitora de Graduação e presidente da Comissão de Avaliação do programa de Ações Afirmativas, Valquíria Linck Bassani, observa os debates em torno de mudanças no programa com a ideia de que o fato de ainda haver dificuldade para ocupar toda a oferta deveria ser levado em conta antes de cogitar ampliação da abrangência do sistema. “Mesmo em 2012 com alteração do corte da nota de redação, não preenchemos 100% das vagas. Talvez tivéssemos de alcançar a ocupação integral antes de ampliar”, sugere a presidente da comissão. A alternativa de permitir que negros oriundos de instituições privadas



Valquíria Bassani

possam disputar as vagas poderia ser uma saída, admite a pró-reitora. “Tudo estará em pauta, pois há ainda a exclusão de alunos egressos de colégios públicos com concursos, como os militares, inclusão de bolsistas de escolas particulares e até de estudantes do EJA ou supletivos”, elenca a professora.


Valquiria considera ainda que cinco anos para um balanço do modelo é um prazo curto, já que há uma maturação e medidas em andamento para melhorar o êxito dos matriculados. A preocupação é com evasão, que hoje também se estende aos alunos do acesso universal. Módulos de reforço do aprendizado, para corrigir falhas na formação do Ensino Fundamental e Médio, são oferecidos em diversas disciplinas, como Cálculo, das Engenharias. O Programa de Apoio à Graduação (PAG) tem aulas aos finais de semana. A Ufrgs também desenvolve iniciativas para qualificar a formação de professores que prepararão os futuros alunos, em ações com a rede estadual e da Capital.

Paula Agliardi, do Fórum de Ações Afirmativas, reforça que o setor acredita que já é possível elevar o percentual de cotas para 50% das mais de 5 mil vagas do concurso. Nesta nova oferta, 25% seriam para escolas públicas e 25% para autodeclarados negros. O grupo, que entregou as sugestões à comissão de avaliação, propõe desvincular o critério racial do ensino. “O combate ao racismo não envolve recorte econômico. Não são somente os negros pobres que sofrem com esta atitude”, esclarece. Pela proposta, estudantes autodeclarados negros que frequentam estabelecimentos privados poderão concorrer na categoria. Um dos itens defendidos é a exclusão de instituições, como colégios militares, que fazem seleção para suas vagas.

“Queremos diferenciar escolas estatais (que adotam provas) de públicas, com acesso universal”, explica Paula. A integrante do Fórum de Ações Afirmativas destaca que serão pedidas mudanças na área de assistência estudantil, melhorando o acolhimento dos cotistas e incluindo entre bolsas de estágio os programas de pesquisa. “Hoje só há bolsa de trabalho, o que restringe o acesso ao ensino e maior inclusão na produção da universidade”, argumenta. O ex-presidente do DCE, Renan Preto, que integra o MEL e também é membro do Consun, portanto votará no processo de revisão, deve reapresentar proposta para que estudantes de escolas comunitárias (bancadas pelo Terceiro Setor e por repasses públicos, em alguns casos) sejam contemplados nas cotas de escolas públicas. “A forma de financiamento desses estabelecimentos é pública. Quem frequenta é de faixa social de renda mais baixa”, defende Preto. O estudante de Administração já havia apresentado a ideia em 2009. Paula enxerga nesta modalidade uma tentativa de abrir janelas para deturpar o programa.

A palavra da corte

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou em 9 de abril deste ano, por 10 votos a um, o sistema de cotas adotado pela Ufrgs. O julgamento favorável coroou uma sequência de três semanas de apreciação dos sistemas de reserva de vagas pela maior corte judicial brasileira. Também o

programa da UNB, para negros, e o Programa Universidade para Todos (Prouni) foram considerados constitucionais. Os ministros julgaram um recurso do estudante Giovane Fialho, que tirou nota mais alta que outros candidatos, mas acabou ficando fora da lista de aprovados por conta das cotas. Fialho afirmou que o sistema representava um “pacto da mediocridade”, além de crime de racismo, por distinguir candidatos por critérios étnicos. 

“Sem as cotas, não conseguiria a vaga”

A jovem negra Dinamara da Silva Prates, 20 anos, sempre estudou em escola pública, em Porto Alegre. No segundo semestre de 2010, ela estreou no curso de Ciências Contábeis da Ufrgs. “Sem as cotas, não conseguiria a vaga”, garante a estudante. Para ela, ingresso de alunos pelo sistema afeta “pessoas da elite”. Neste caso, exemplifica com a aprovação dos 21 estudantes da Medicina, que começam a frequentar a Ufrgs em agosto e para os quais a comunidade negra já vislumbra que haverá reações negativas. A estudante acredita que a Ufrgs “está muito distante” do mundo de alunos de escola pública, principalmente de segmentos mais carentes. “Sempre tive incentivo para estudar e ter uma vida melhor, mas ouvia no colégio que, para entrar na Ufrgs, teria que fazer cursinho. Muitos colegas de Ensino Médio desistiram antes de tentar”, recorda. Ao entrar, Dinamara ficou apreensiva e sentiu falta de mais apoio. “Cheguei e foi como se me dissessem: entra e te vira. Não há orientação sobre matrículas e nem sobre bolsas e outros auxílios. Descobri por casualidade”, conta. Outra barreira é se manter, custeando livros e outras necessidades. Ela trabalhava e teve de sair do emprego, pois as aulas ocorrem de dia. “Na faculdade, os custos são maiores”, contrasta a jovem, filha de ascensorista de um hospital público.

Na trajetória do seu curso, Dinamara frequentou as aulas de Cálculo do PAG, mas lamenta que só pode se inscrever no segundo semestre. As desistências de colegas cotistas autodeclarados negros são realidade. Dos 21 que entraram com ela, dez ainda estão na faculdade. As barreiras incluem conciliar estudo e trabalho. “Muitos desistem. Não têm como se manter e não têm acesso à assistência”, elenca. Mas a maior causa pode ser muito mais subjetiva, efeito de convivência nada amistosa em sala de aula, aponta. “Já ouvi críticas de professores. Um deles disse que o programa diminuiu a excelência da Universidade. Muitos não se revelam contra o programa, mas querem a revisão”, descreve. Dinamara ressalta que faltou preparar a comunidade universitária para receber cotistas. “Ainda é preciso aprender a conviver com ambiente de diversidade racial, sexual e social.”

Ações que aguardam documentação

Contribuição previdenciária sobre terço de férias

- Conforme noticiado recentemente, a Adufrgs-Sindical obteve vitória na ação movida contra a Ufrgs em favor dos professores filiados que sofreram o desconto da seguridade social sobre o adicional de férias. A ação abrange docentes ativos e aposentados após o ano de 1999.
- Para iniciar a fase de cobrança, a assessoria jurídica solicita que os docentes interessados na restituição dos valores entreguem os documentos que se encontram disponíveis no site da Adufrgs-Sindical até 10 de julho de 2012.
- Licença-prêmio não usufruída na atividade e não utilizada para aposentadoria
- A Adufrgs-Sindical também foi vitoriosa na ação movida contra a Ufrgs em favor dos professores filiados que se aposentaram sem ter gozado as licenças-prêmio a que faziam jus ou que não as utilizaram na aposentadoria, para o fim de ver reconhecido o direito ao recebimento das licenças em pecúnia. A ação abrange os docentes aposentados a partir de 30 de agosto de 2001.
- Para iniciar a fase de cobrança, a assessoria jurídica solicita que os professores interessados entreguem a documentação, disponível nos sites da Adufrgs-Sindical e do escritório Bordas Advogados (central de downloads).
- A entrega de documentação de ambas as ações pode ser feita em horário comercial nas sedes do Sindicato (Cidade Baixa e Campus do Vale) ou diretamente na assessoria jurídica (Bordas Advogados Associados- Praça da Alfândega, 12/10º andar – telefone para contato 3228-9997).
- Também nas duas ações, o professor que não for sócio pode contratar os serviços do escritório que assessora a Adufrgs-Sindical para o ajuizamento de ação individual, através do site www.bordas.adv.br ou do email bordas@bordas.adv.br.

Horários de atendimento

Na sede da Adufrgs-Sindical

Todas as quartas-feiras, de 9hs às 12hs e de 14hs às 18hs.

Atendimento com prévio agendamento através do (51) 3228-1188

Este horário é dedicado ao atendimento de consultas individuais de cada docente. A informação sobre o andamento de processos deve, preferencialmente, ser feita diretamente com o escritório.

No escritório

Plantões de informações de processos em andamento

O atendimento aos docentes que desejarem informações sobre andamento de processos é feito através de plantões, de segunda à quinta-feira, de 14hs às 16hs. Pode ser feito por telefone (3228.9997) ou pessoalmente no escritório, sem necessidade de marcação prévia.

Agendamento de Entrevistas

Além dos horários referidos acima, especialmente reservados para evitar congestionamento de linhas telefônicas e aprimorar o atendimento, os advogados do escritório dispõem de horários reservados em suas agendas para consultas individuais. O agendamento de entrevistas pode ser feito diretamente com o escritório pelo telefone (51) 3228.9997 ou pelo e-mail agenda@bordas.adv.br

LEIA O ARTIGO

“Novidades ao servidor aposentado por invalidez”,
na seção Artigos do site da
Adufrgs-Sindical
www.adufrgs.org.br


Assessoria Jurídica da Adufrgs-Sindical

Bordas Advogados Associados
Praça da Alfândega, 12, 10º andar
Edifício London Bank
CEP: 90010-150 Porto Alegre/RS
(51) 3228.9997
www.bordas.adv.br
bordas@bordas.adv.br




**PREZADO
PROFESSOR(A)**


**A Adufrgs-Sindical
quer fazer parte do
seu dia a dia**



Configure como página de abertura do seu navegador da internet o site **www.adufrgs.org.br** e fique por dentro do que acontece no Movimento Docente Nacional, acompanhando diariamente notícias sobre educação, política salarial, carreira, aposentadoria entre outros temas de interesse da categoria.



Você também pode acessar o programa de rádio "Adufrgs no Ar" e escutar notícias online, bem como abrir informativos, artigos, fotos de eventos e muito mais.



Mantenha-se bem informado e saiba tudo que está acontecendo com as comunidades acadêmicas da Ufrgs, UFCSPA e IF-RS e demais instituições de ensino superior do País.



Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA
UFCSPA | UFRGS | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

